

**COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE
GRUPO ELETROBRÁS
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
GOVERNO FEDERAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007



1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo da unidade e sigla	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE
Natureza jurídica	Sociedade de Economia Mista
Vinculação ministerial	Ministério de Minas e Energia
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Lei Estadual nº 10.900 de 26 de dezembro de 1997. Compete à Companhia a geração térmica de energia elétrica. Manual de organização aprovado pela Resolução nº RES-192/04. Publicação no Diário Oficial em 27/08/1997
CNPJ	02.016.507/0001-69
Código da Unidade Gestora	919820
Endereço completo da sede	Rua 7 de setembro, 539, Centro, CEP 90010-190, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Telefones: (51) 32871500 – PABX; (51) 32871645 (fax)
Endereço da página institucional na internet	www.cgtee.gov.br
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	Energia
Tipo de atividade	Geração de energia

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1 PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2007 verificamos uma acentuada aceleração do crescimento da economia brasileira. A taxa de investimento no setor produtivo apresentou saldo positivo e o Produto Interno superou a média de crescimento do ano anterior. A demanda interna ganhou novo impulso, favorecida pela diminuição do desemprego, pela expansão de crédito e o aumento na renda do trabalhador. Apesar das taxas de juros ainda estarem com valores elevados, o País mantém sua economia estável frente às crises dos mercados internacionais, demonstrando sua estabilidade e otimismo para ano de 2008.

A Região Sul caracteriza-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão de energia, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar um papel de exportadora para as demais regiões integrantes desse sistema. A região caracteriza-se também como pólo de desenvolvimento industrial com elevado potencial de consumo. O Sistema Elétrico Sul convive com pontos de “estrangulamentos” nos principais sistemas de transmissão, os quais necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica, contribuindo para a diversificação na Matriz Energética, em virtude das elevadas reservas carboníferas existentes. As obras de expansão, além de atender às necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, representam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

O objetivo principal é atender às necessidades de energia elétrica da Região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.

Esse quadro de crescente expansão da geração, acompanhada de uma matriz energética favorável, abre espaços para a elevação da capacidade instalada e a inserção de novas fontes de energia alinhadas às características regionais do Parque Elétrico.

No caso das fontes térmicas, o carvão é, e continuará sendo por muito tempo, o combustível mais consumido no mundo, sendo que no Rio Grande do Sul existe a maior reserva do Brasil. Há cerca de quatro vezes mais reservas de carvão do que de petróleo e gás, e o seu preço é uma espécie de referência para o mercado.

A CGTEE está vinculada a dois Programas Governamentais: Energia na Região Sul e Infra-Estrutura com as seguintes denominações:

0295 - Energia na Região Sul

- Implantação de uma Usina Termelétrica a carvão mineral nacional, com potência instalada de 350 MW, com o objetivo de ampliar a capacidade instalada da empresa;
- Manutenção do Sistema de Geração de Energia, com o objetivo de realizar manutenções a fim de conferir eficiência e confiabilidade ao sistema de geração;
- Revitalização da Usina Presidente Médici, com o objetivo de estender a vida útil do sistema de geração;
- Adequação Ambiental, visando adequar as plantas de geração aos padrões de emissões determinados pelo IBAMA;

0807 - Infra Estrutura

- Manutenção e Adequação de Bens Imóveis;
- Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos e Máquinas;
- Manutenção e Adequação dos Ativos de Informática;

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

O desenvolvimento econômico da empresa depende da sua capacidade de realizar seus investimentos programados, da sua visão estratégica, do planejamento de suas ações e de seus colaboradores. As rápidas mudanças no cenário nacional e internacional vêm exigindo das organizações uma postura proativa, sistêmica e inovativa, não só para agregar valor econômico, mas também visando a incorporação de práticas sociais combinadas com a preservação e qualidade do ecossistema. Dentro desse enfoque, a CGTEE vem desenvolvendo modelo gestão voltado para a construção de um futuro sustentável, baseado na busca de uma performance de qualidade superior, tanto no aprofundamento das relações com seus *stakeholders*, como melhorias e inovações em seus sistemas, processos, competências e produto.

Nessa perspectiva, a companhia tem adotado um conjunto de medidas para garantir a sua sustentabilidade e contribuir efetivamente com o desenvolvimento da sociedade

Neste sentido, a CGTEE tem adotado um conjunto de medidas para garantir sua sustentabilidade e cumprir seus objetivos estratégicos e obrigações com a sociedade. Tais ações vão desde a realização de investimentos economicamente viáveis e que possam garantir a expansão da empresa com responsabilidade sócioambiental, até as ações que visem à redução dos valores do seu custeio e a economicidade.

Em relação ao exercício de 2007, destacamos a seguir os seguintes objetivos estratégicos que foram almejados.

3.1 ALINHAMENTO DAS AÇÕES DE GESTÃO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMPRESA

O Planejamento Estratégico é entendido como um processo contínuo de aprendizagem e transformação organizacional, em função disso, deve ser permanentemente acompanhado, avaliado e revisado para fazer frente às constantes variações do ambiente. Nessa perspectiva, atualizamos nossa missão, visão, valores, macro orientações e diretrizes estratégicas.

A alta gestão da empresa resolveu ampliar o horizonte temporal de 2007 para 2015, visando a melhor consecução de suas prioridades estratégicas, definidas nas seguintes diretrizes:

- Viabilidade econômica com sustentabilidade sócioambiental;
- Crescimento, expansão, diversificação;
- Referência térmica/modernização do sistema de geração;
- Consolidação da gestão estratégica compartilhada;
- Desenvolvimento das capacidades essenciais.

3.2 UGP - A NOVA UNIDADE GERADORA

A nova unidade geradora a carvão mineral com potência de 350 MW está sendo instalada junto à Usina Termelétrica Presidente Médici – Candiota II, com investimento total estimado em mais de R\$ 1 bilhão.

O empreendimento está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, cuja energia foi integralmente comercializada no 1º leilão de energia proveniente de novos empreendimentos, realizado em 16 de dezembro de 2005, segundo as regras do Novo Modelo Institucional do Setor Elétrico Brasileiro. A comercialização ocorreu pelo prazo de 15 anos, a contar de 01/01/2010.

Em 20 de abril de 2007 ocorreu a assinatura dos contratos de crédito no montante total de US\$ 430 milhões celebrados entre a ELETROBRÁS e o China Development Bank – CDB, ao abrigo do acordo firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre o fortalecimento da cooperação na área de implementação de infra-estrutura de construção, e respectivo contrato de repasse para a CGTEE. Os contratos ainda aguardam a aprovação das autoridades chinesas para entrarem em eficácia, cuja previsão é de ocorrer até final de fevereiro de 2008. O atraso na entrada em eficácia começa a impactar negativamente na implementação do empreendimento, sendo que a solução do problema vem sendo insistentemente buscada pela CGTEE, ELETROBRÁS, MME e Autoridades Governamentais Brasileiras.

Durante o exercício 2007 foram intensificadas as atividades de projeto de engenharia, que possibilitaram o início das atividades construtivas no mês de maio, permitindo que a partir de então, fossem realizadas as terraplanagens gerais do terreno, drenagens, arruamentos e as escavações das fundações da chaminé, casa de máquinas e caldeira.

Em 30 de dezembro de 2007 chegou ao Porto de Rio Grande/RS o primeiro grande embarque de equipamentos, com peso da ordem de 2.500 toneladas, composto por peças estruturais da caldeira, precipitador eletrostático, turbina e gerador elétrico, os quais deverão estar no local da obra até o final de janeiro de 2008. Outros cinco

embarques durante o ano de 2008 complementarão o fornecimento importado da China.

O atraso pela CITIC na contratação da execução das obras civis principais, efetivada somente no dia 21 de dezembro de 2007, resultou na reprogramação do cronograma de obras, porém mantendo inalterada a data de conclusão da usina em 31 de dezembro de 2009. As obras serão executadas pelo Consórcio Sul Energia, formado pelas empresas Delta Construções S/A, Construtora Tedesco Ltda, Brasília Guaíba Obras Públicas S/A e Empresa Construtora Ernesto Woebcke S/A, cuja mobilização ocorreu imediatamente após a assinatura dos contratos.

A execução física do empreendimento atingiu o nível de 11% no dia 31 de dezembro de 2007.

3.3 PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Parque Gerador da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE é composto pela Usina Termelétrica Presidente Médici (Candiota II), Usina Termelétrica de São Jerônimo e Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre - NUTEPA, totalizando 490 MW de potência instalada, de acordo com a Tabela 1. A fonte de combustível predominante é o carvão mineral.

USINA	Nº DE UNIDADES	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
PRESIDENTE MÉDICI	04	446
SÃO JERÔNIMO	03	20
NUTEPA	03	24
TOTAL	10	490

Tabela 1: Potência instalada nas usinas da CGTEE

A geração total de energia elétrica em 2007 foi de 1.250,505 GWh, sendo 1.199,113 GWh correspondentes à Usina Termelétrica Presidente Médici e 51,392 GWh correspondentes à Usina Termelétrica de São Jerônimo.

A relação do consumo de energia dos sistemas auxiliares das usinas (bombas, moinhos, ventiladores, iluminação e outros periféricos), comparadas à produção total de energia, foi de 17,84% na Usina Termelétrica Presidente Médici e de 10,28% na Usina Termelétrica de São Jerônimo, mantendo-se dentro de padrões de consumo, considerando-se o nível de geração realizado no exercício.

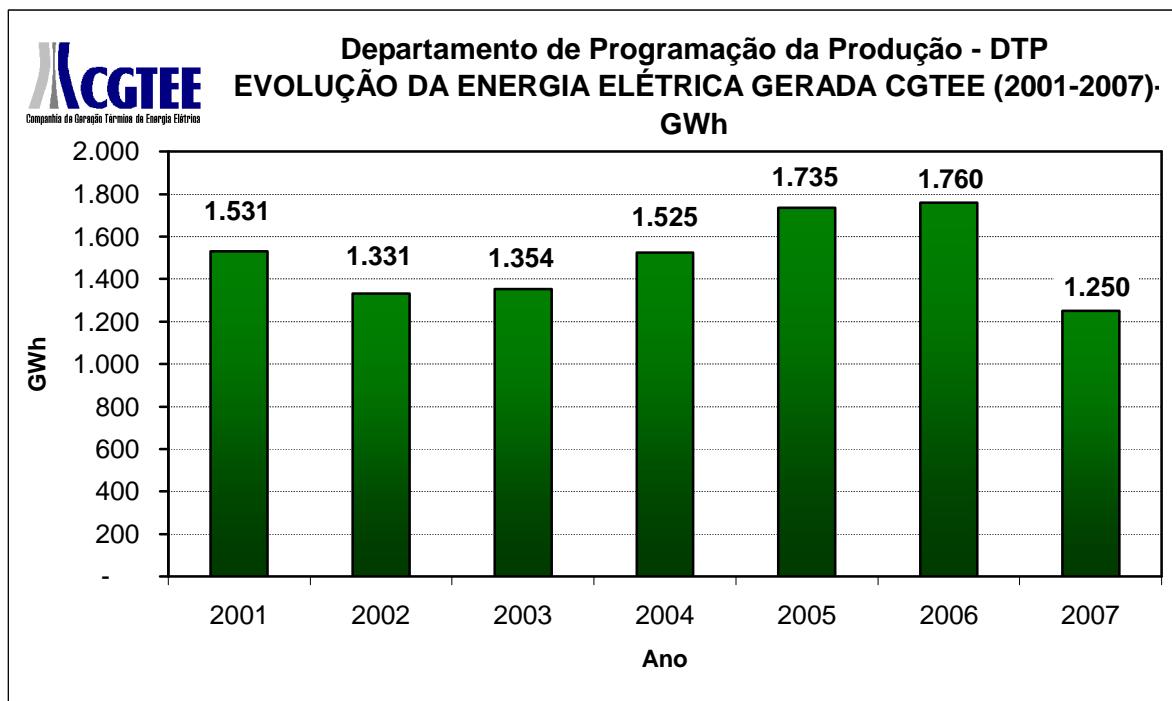


Gráfico 1 – Evolução da Energia Elétrica Gerada na CGTEE

Departamento de Programação da Produção - DTP
EVOLUÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA CGTEE (2001-2007)-
MWmed

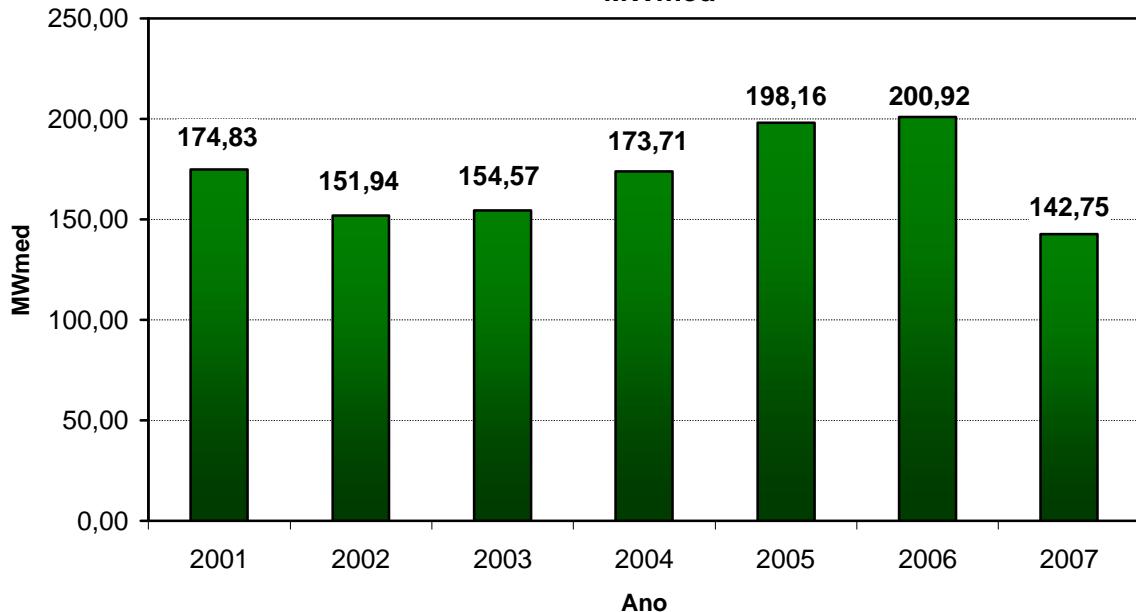


Gráfico 2 – Evolução da Energia Gerada na CGTEE

A geração foi otimizada em função do preço da energia do subsistema sul, (definido semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE), e das tendências do mercado de energia. A CGTEE também compatibilizou a energia contratada com o despacho das suas unidades geradoras, considerando a sazonalização dos montantes contratados, visando a diminuição do impacto financeiro causado pela exposição da CGTEE ao mercado de energia. Porém, devido aos índices de disponibilidade apresentados no segundo semestre de 2007, as estratégias foram prejudicadas, causando uma exposição maior do que a programada inicialmente.

O Programa de Geração de Intercâmbio – PGI foi realizado de acordo com as inflexibilidades e disponibilidades das usinas, resultando num atendimento de 80,58% do programado.

A Disponibilidade Geral atingiu o índice de 41,881% na UPME, 61,336% na DTPJ e 100% na NUTEPA. Na CGTEE, o Índice de Disponibilidade Geral foi de 45,52%.

O Gráfico nº 3 apresenta as médias de disponibilidades nos últimos cinco anos, detalhando o ano de 2007.

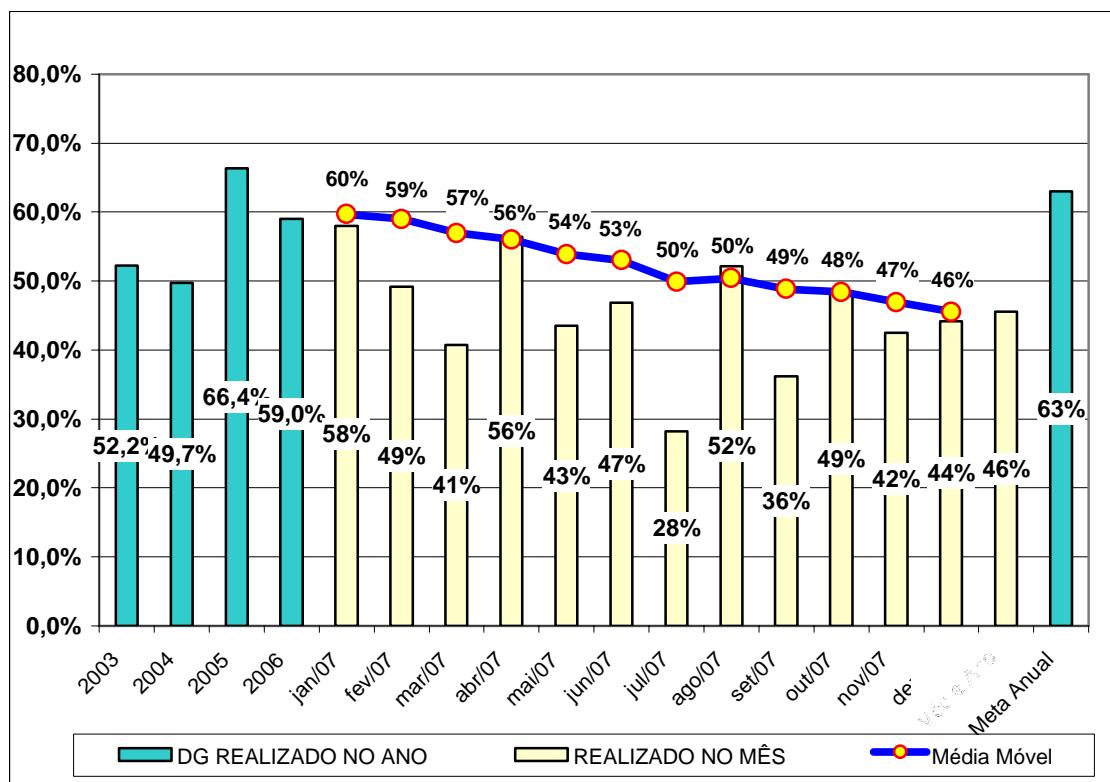


Gráfico 3 – Disponibilidade Geral da CGTEE – Período 2003 a 2007

A CGTEE, ao longo do ano de 2007, exportou energia para o Uruguai e Argentina através das Usinas Presidente Médici e São Jerônimo, cujo montante líquido total foi de 88.597,17 MWh e geração bruta total de 104.594,40 MWh.

Foram consumidos os volumes totais de 1.726.876,07t de carvão na UPME durante o ano de 2007, sendo que na USJE foram consumidos 96.523,35t, totalizando para a CGTEE 1.823.399t.

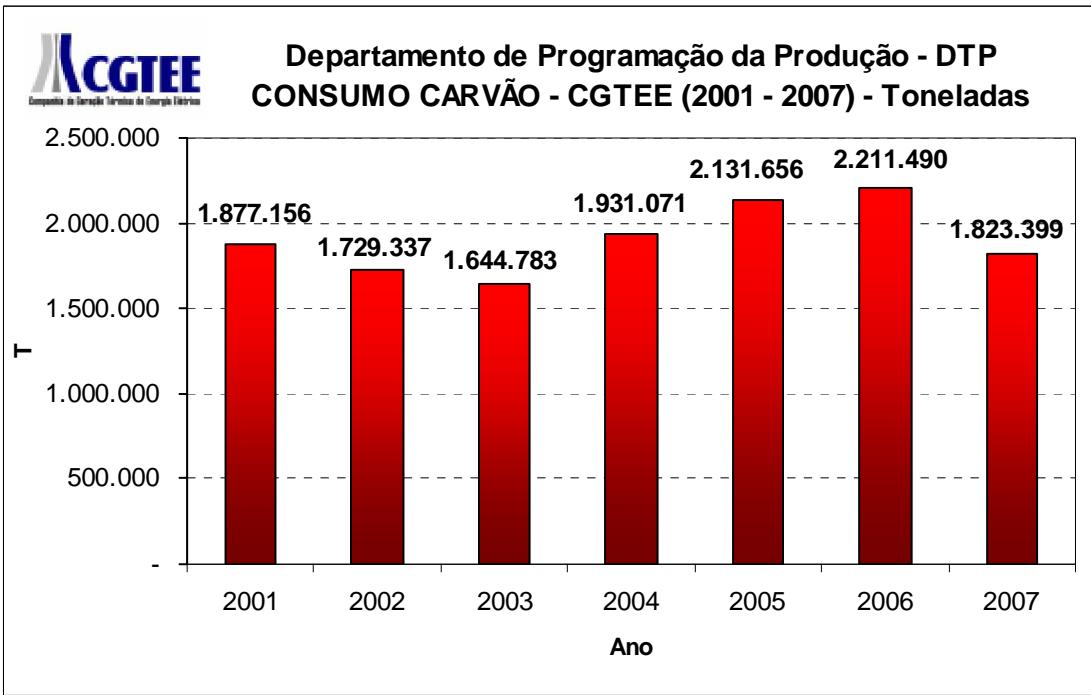


Gráfico 4 – Consumo de carvão na CGTEE no período de 2001 a 2007.

3.4 USINA TERMELÉTRICA DE SÃO JERÔNIMO – USJE

No ano de 2007, a Usina de São Jerônimo apresentou uma disponibilidade de 61,34%, sendo a máquina 3 a unidade que apresentou o melhor índice: 80,55%. Os índices de disponibilidade das unidades 1 e 2 foram, respectivamente, 8,17% e 76,06%.

A unidade 1 ficou indisponível a partir de fevereiro devido ao processo de recuperação do rotor do alternador, com substituição das capas de contenção das bobinas deste equipamento.

O consumo específico de carvão na Usina de São Jerônimo entre os anos de 1995 e 2007 continua dentro da média histórica, com valor aproximado de 1,89 t/MWh.

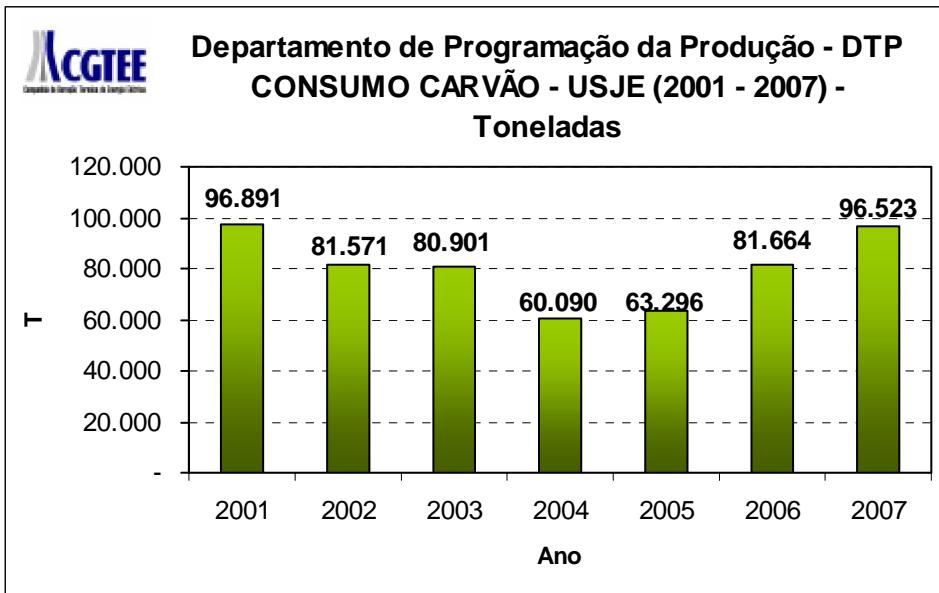


Gráfico 5 – Consumo de carvão na USJE

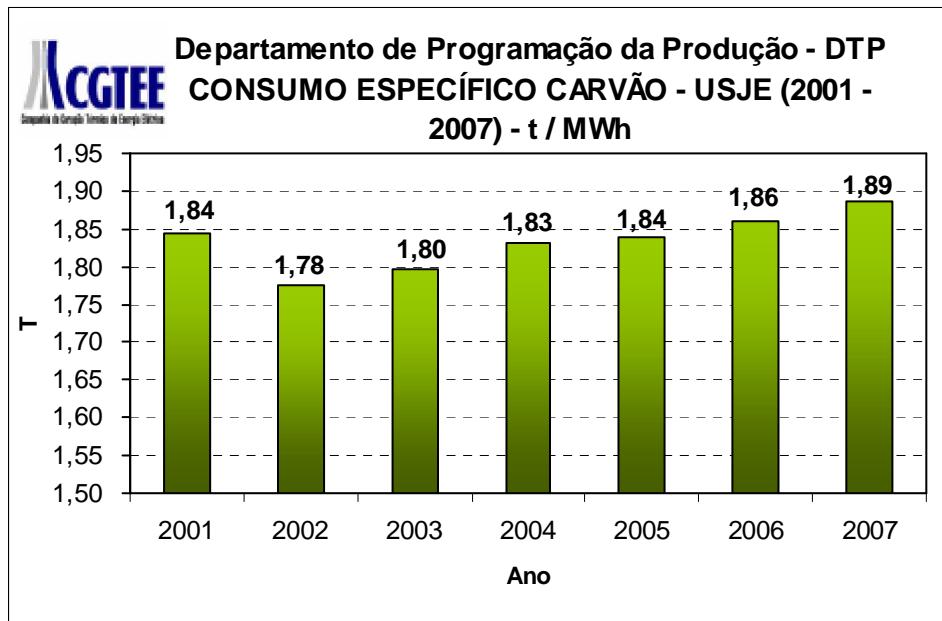


Gráfico 6 – Consumo específico de carvão na USJE.

A Geração Total da Usina no ano de 2007 foi de 51,39 GWh, correspondendo a uma geração de 5,87 MW médios. O consumo interno da Usina foi de 10,28% da totalidade da geração.

Departamento de Programação da Produção - DTP
EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO - USJE (2001 - 2007)- GWh

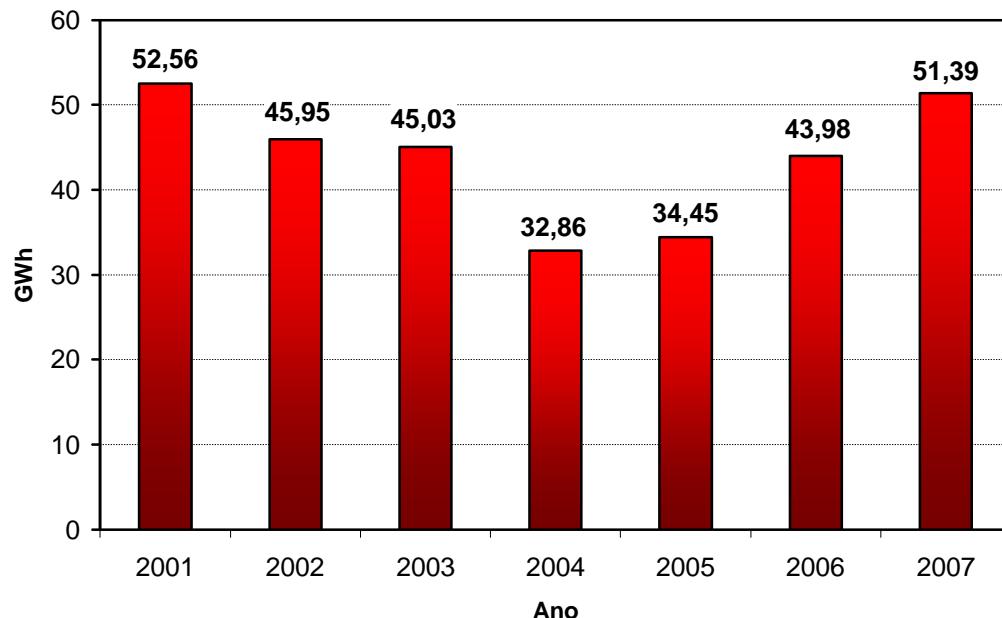


Gráfico 7 – Evolução da Energia Elétrica Gerada na USJE.

Departamento de Programação da Produção - DTP
EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO - USJE (2001 - 2007) - MWmed

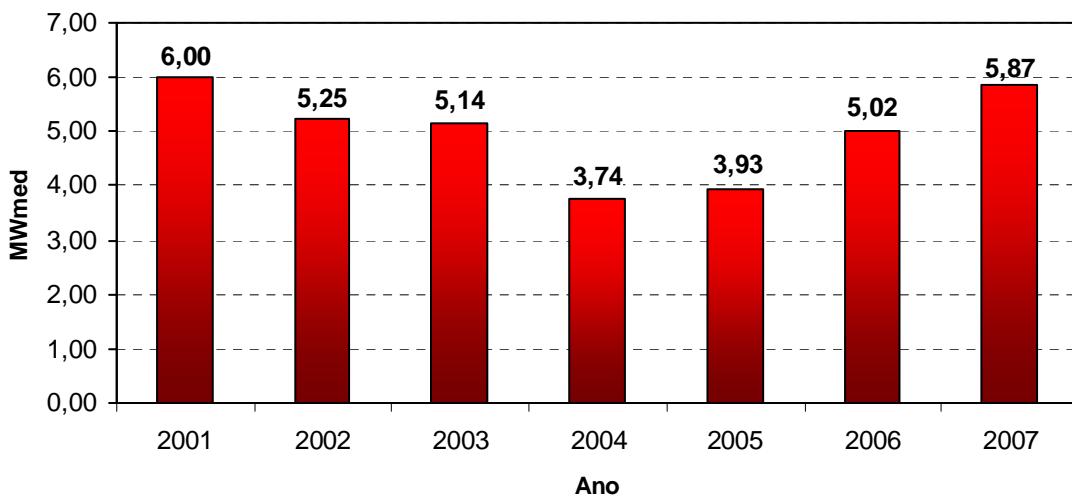


Gráfico 8 – Evolução da Energia Elétrica gerada na USJE.

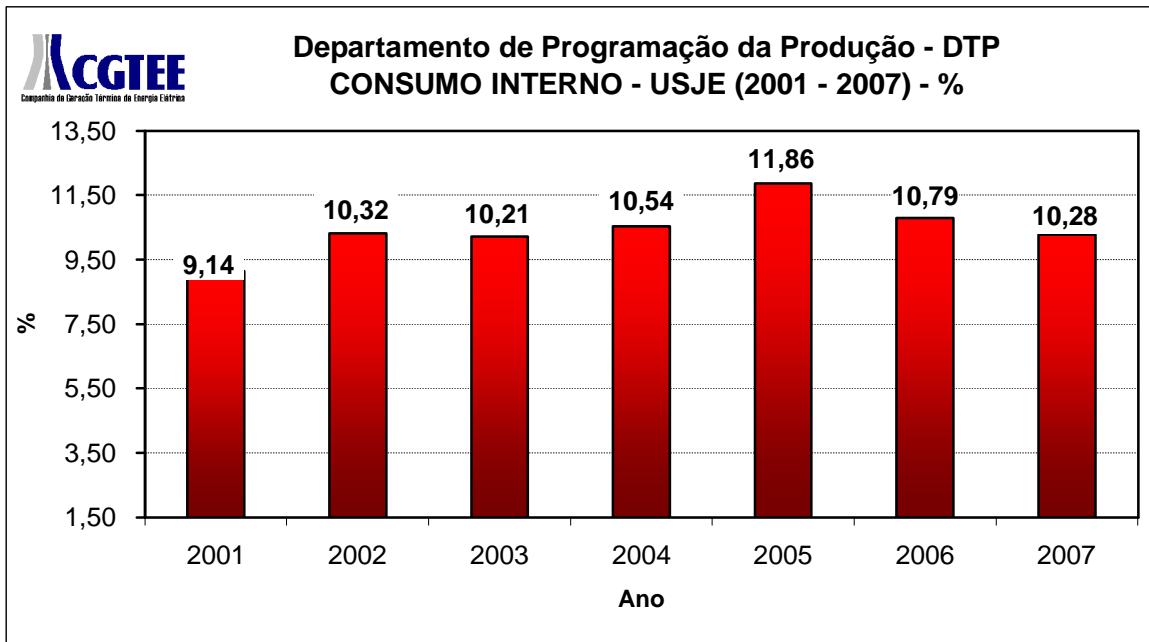


Gráfico 9 – Consumo Interno na USJE.

3.5 NOVA USINA TERMELÉTRICA DE PORTO ALEGRE – NUTEPA (DTPP)

A DTPP permaneceu em reserva fria do Sistema Interligado Nacional durante todo o ano de 2007, sendo realizadas somente atividades de conservação e manutenção nos equipamentos eletromecânicos da Unidade.

3.6 OFICINA DE SÃO LEOPOLDO – DTML

A Oficina de São Leopoldo vem trabalhando dentro de seu potencial, atendendo às demandas das várias unidades da Empresa, com foco principal nos serviços solicitados pela Usina Presidente Médici.

Durante o ano de 2007 foi realizada uma série de serviços que são imprescindíveis para a Empresa e encontram poucos fornecedores no Estado e, portanto, são de difícil contratação em virtude da complexidade técnica.

3.7 USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MÉDICI

3.7.1 Síntese de produção de 2007

Durante o ano de 2007 a geração média da Usina Presidente Médici foi de 136,90 MW médios, sendo que 11,94MW médios foram destinados à geração para exportação.

A maior geração mensal ocorreu em novembro, na ordem de 172,58 MW médios, sendo que a menor geração ocorreu em março, na ordem de 113,34 MW médios.

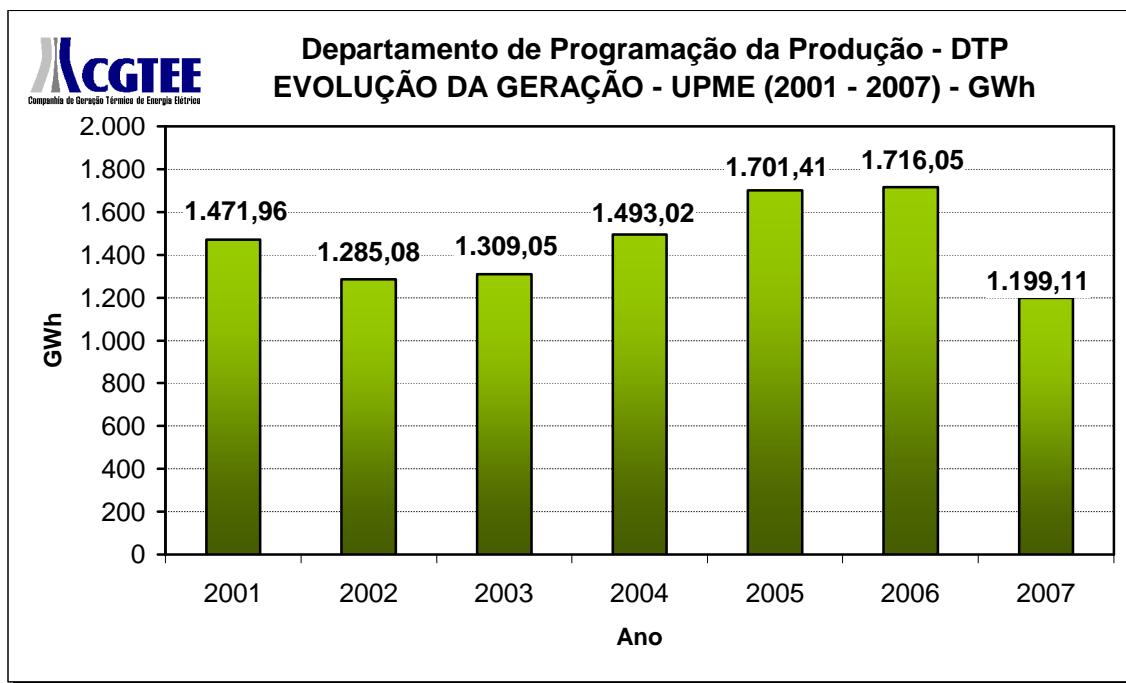


Gráfico 10 - Evolução da Energia Elétrica Gerada na UPME últimos sete anos.

O gráfico nº 11 apresenta o consumo de carvão dos últimos sete anos.

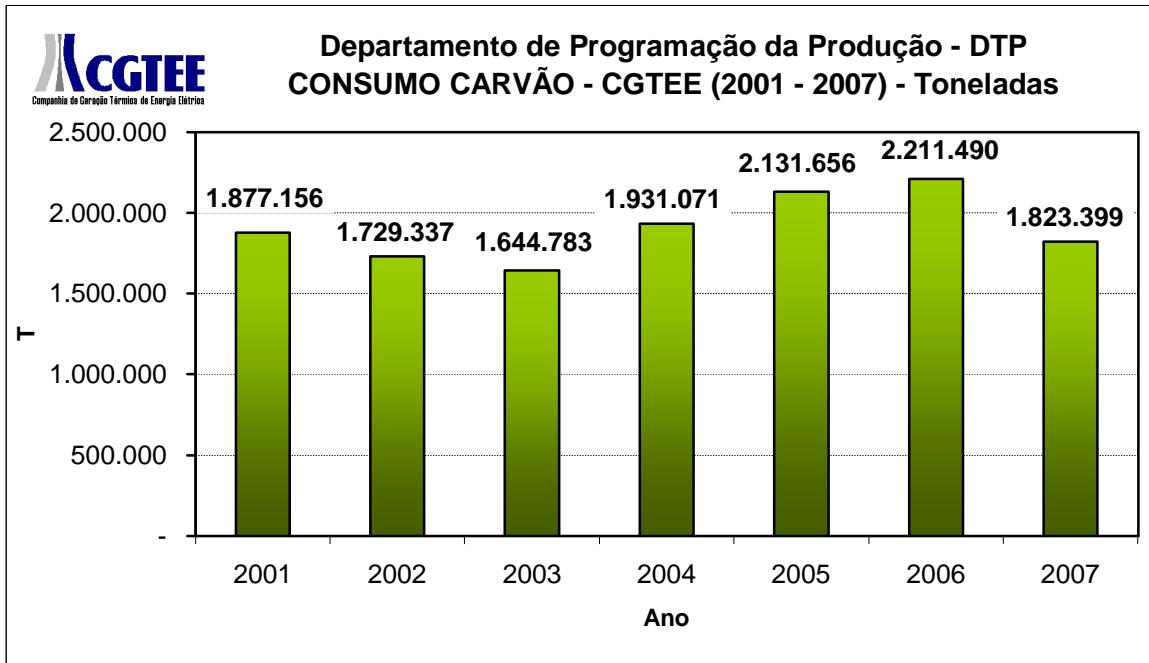


Gráfico 11 - Consumo de Carvão na UPME.

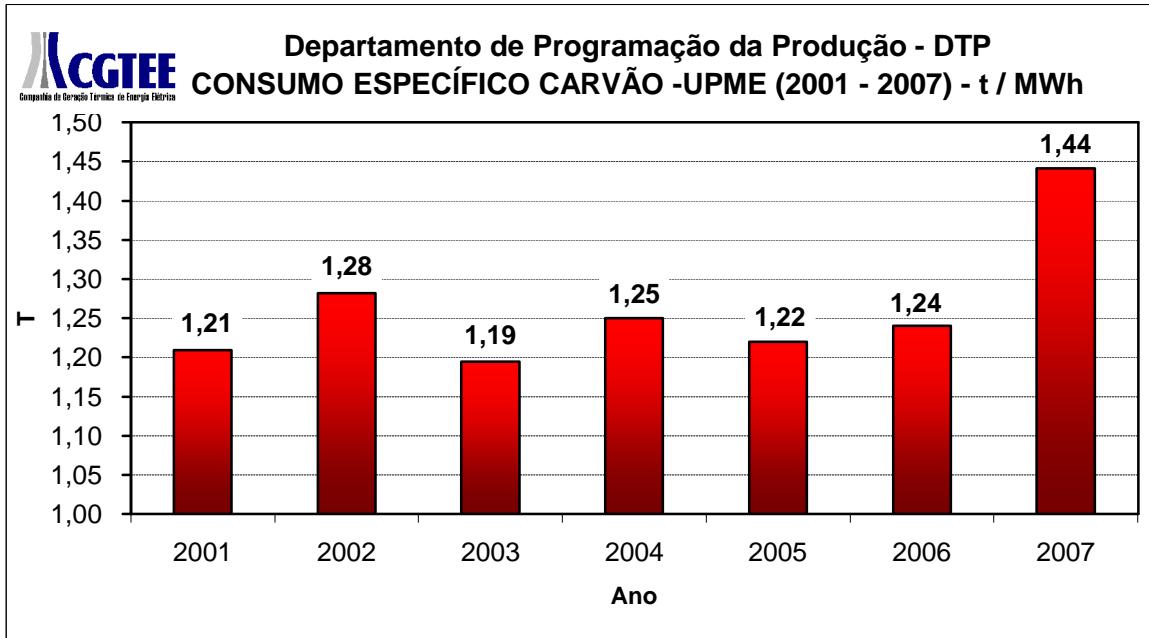


Gráfico 12: Consumo específico de Carvão 2001-2007 na UPME.

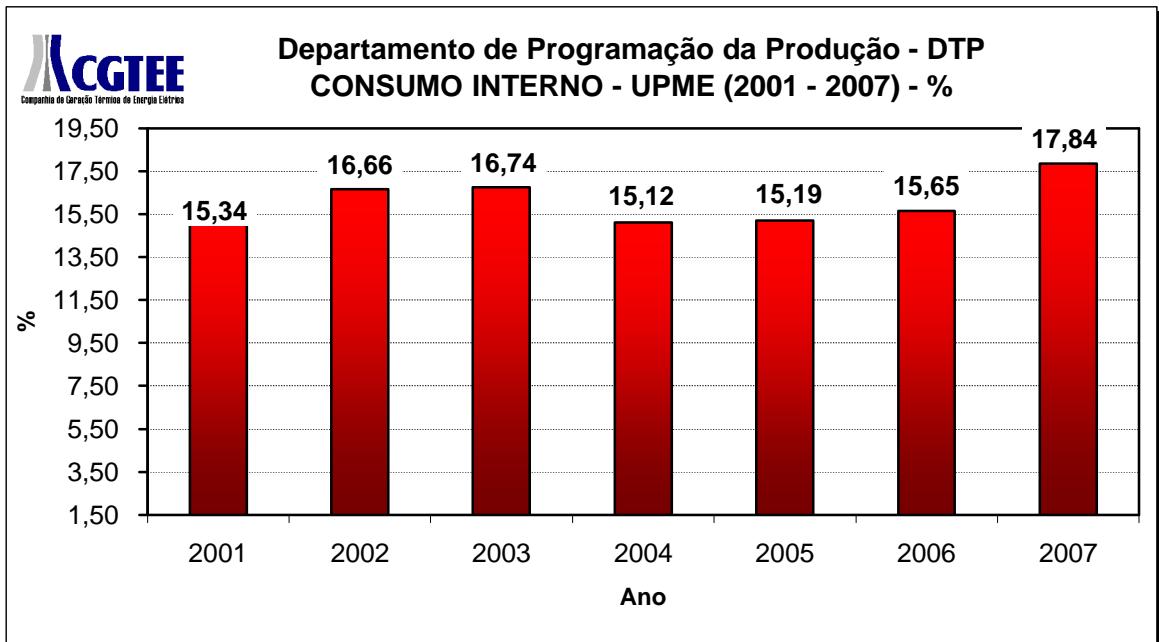


Gráfico 13 - Consumo Interno da UPME.

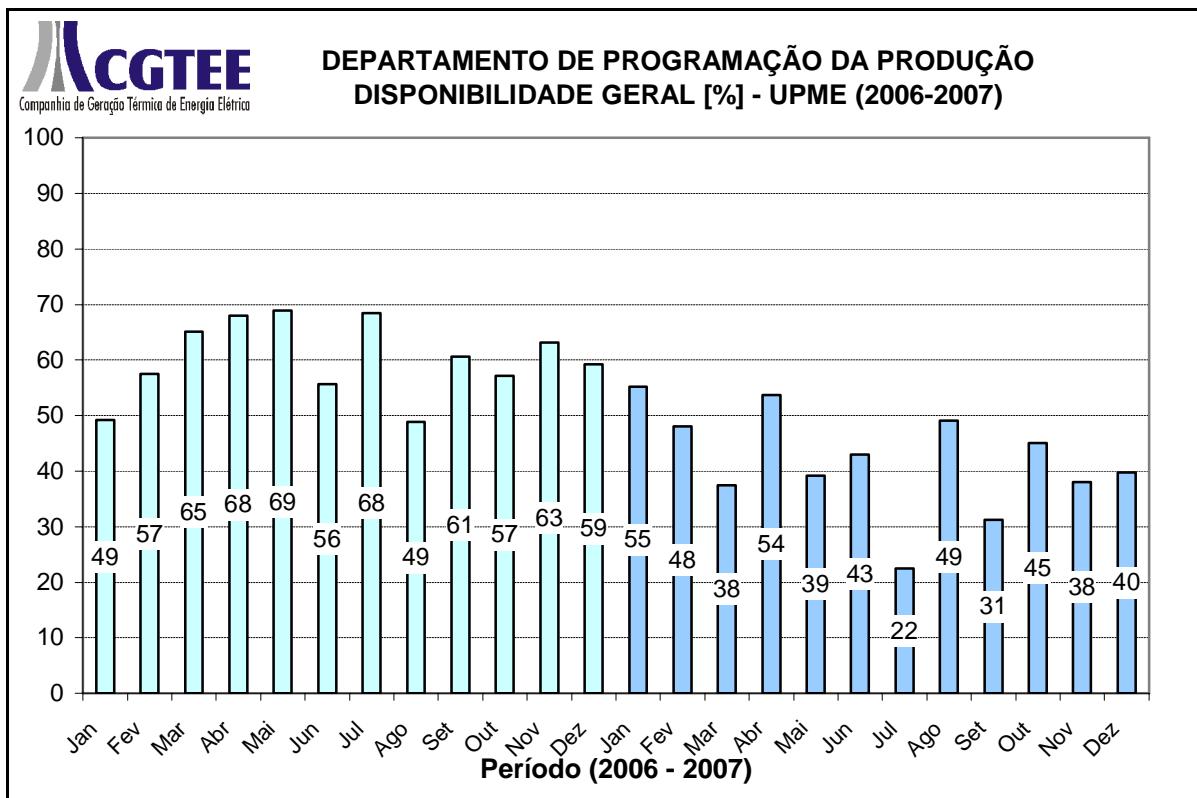


Gráfico 14 – Disponibilidade mensal do biênio 2006-2007.

3.7.2 Relação dos principais serviços executados na UPME

No decorrer do ano de 2007 foi retomado o programa de revisão anual, iniciando-se pela unidade 4, o qual contemplou principalmente intervenções corretivas em equipamentos e inspeções na caldeira e partes sob pressão, tendo como objetivos principais a integridade e disponibilidade. Referente a disponibilidade, tais inspeções constataram sérios problemas de corrosão interna nos tubos da parede espiral, o que ao longo de ano provocaram inúmeros eventos de furos, implicando em longo período de parada da unidade, sendo este o principal fator da baixa geração da usina. Ressalte-se que para a recuperação da disponibilidade e confiabilidade das unidades 3 e 4 será necessário substituição das áreas comprometidas e implantação de melhorias em diversos sistemas, indicando a necessidade de alto investimento.

Diversos projetos estão em andamento e alguns já concluídos visando melhorar o desempenho das unidades ao longo do ano de 2008 e aprimorar as atividades de manutenção.

3.7.2.1 Projeto de Recirculação de Efluentes Líquidos

Com o objetivo de reduzir a emissão de efluentes líquidos e, por consequência, a captação de água bruta do Arroio Candiota pela planta, pretende-se minimizar o consumo de energia para o bombeamento, bem como uma operação segura desse sistema, através do retorno do efluente das bacias, tornando o sistema mais econômico e ambientalmente mais sustentável, com custo aproximado de R\$ 5.400 milhões.

3.7.2.2 Conclusão da Cobertura do Pátio de armazenagem de carvão

Com área coberta de 10.400,00 m², além de drenagem e impermeabilização de área de aproximadamente 20.250,00 m² no Departamento de Produção de Candiota, a construção da cobertura sobre o pátio de estocagem de carvão, bem como a execução de um sistema de drenagem eficiente, objetivam fornecer ao DTC as condições necessárias para operação da área. A cobertura atenuará os efeitos extremamente danosos à operação do sistema de carvão decorrentes da elevada de umidade retida

em função de exposição em área descoberta. Os benefícios ambientais advindos desta cobertura correspondem à redução da concentração de material particulado em suspensão no ambiente e melhora a qualidade do efluente líquido, com custo total da obra estimado em R\$ 5.860 milhões.

3.7.2.3 Construção do Prédio para a Lubrificação

A construção destas edificações justifica-se pelo fato de que, até então, o Setor de Lubrificação não possuía uma área construída adequada ao depósito e manuseio dos recipientes, situação passível de gerar problemas ambientais, tendo em vista que não há um correto destino dos óleos que porventura possam vazrar na operação de manuseio. O projeto visa a construção de uma área física para abrigar o local de coordenação do setor de lubrificação, além dos depósitos e serviços, estando incluído no escopo a adequada impermeabilização e drenagem do terreno, conduzindo todos os fluídos para uma caixa separadora de óleo, com um custo total de R\$ 229 mil.

3.7.2.4 Instalação do Sistema de Despoeiramento da Torre de Manuseio de Carvão

O despoeiramento tem por finalidade eliminar o material particulado dentro da torre de manuseio de carvão, uma das principais fontes de material particulado na planta industrial. Esta iniciativa representa ganhos significativos quanto à condição de saúde ocupacional, bem como redução do desgaste de equipamentos, adequando-se às exigências do IBAMA, com custo de R\$ 619 mil e prazo para conclusão da obra em abril de 2008.

3.7.2.5 Recomposição dos Pré-Aquecedores da Fase A

Foi contratada a recuperação, com fornecimento de material, do conjunto de Pré-Aquecedores de Alta Pressão (PAAP nº 4 e nº 5) das Unidades I e II da Fase A do DTC. Esta contratação visa retomar a condição de projeto das Unidades, operando com os dois pré-aquecedores de alta pressão em cada unidade, restabelecendo a

capacidade de geração e adequando os parâmetros operacionais, melhorando o desempenho geral das unidades da Fase A, com custo de R\$ 3.000 milhões e conclusão em outubro de 2008.

3.7.2.6 Avaliação de integridade das Unidades da Usina termelétrica Presidente Médici

Para garantir a segurança pessoal, patrimonial e se adequar às normas e legislação, é necessário inspecionar as regiões mais críticas das caldeiras. O plano de avaliação de integridade também permite ter um panorama atual dos equipamentos. Também possibilita acompanhar a evolução das condições das caldeiras através de inspeções periódicas, identificando a necessidade de reparos programados ou imediatos aos danos encontrados ou a coexistência dos mesmos, gerando um banco de dados capaz de planejar as futuras avaliações, bem como o planejamento destinado ao desenvolvimento de um plano de extensão de vida residual.

3.7.2.7 Substituição das tubulações do Economizador das Caldeiras

Foi realizada a substituição de todos os tubos do Economizador da caldeira 4 e substituídas parcialmente as tubulações do Economizador da caldeira 3. Esta ação visa melhorar o desempenho térmico da caldeira, bem como aumentar a confiabilidade das unidades da Fase B.

3.8 REALIZAR UMA GESTÃO EFICAZ E EFICIENTE, VISANDO A ECONOMICIDADE SEM COMPROMETER A QUALIDADE DOS RESULTADOS DA EMPRESA

No ano de 2007, destacamos a revisão de todos os contratos em vigor para adaptá-los à realidade econômico-financeira da empresa, sendo estabelecida a meta de redução mínima de 10% dos montantes contratados. Destacamos também o esforço realizado pela empresa na redução de despesas como Passagens Aéreas (-41%), Hospedagens (-19%), Consultorias (-31%) e Publicidade e Propaganda (-75%), o que acarreto uma redução nas despesas de Serviços de Terceiros na ordem de 4,81%.

3.9 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Destaca-se que a empresa é pioneira na implementação do processo licitatório do tipo pregão, modalidade Registro de Preços no Grupo Eletrobrás, tem realizado em média, 90% de suas aquisições através de pregão eletrônico, o que tem reduzido consideravelmente os montantes dispendidos. Além disso, a empresa possui mecanismos que garantem a não utilização de reajustes automáticos nos contratos, a partir de uma comissão que realiza a análise do equilíbrio financeiro dos montantes contratuais.

3.9.1 Valor Adicionado

As informações relativas ao valor adicionado da Companhia são integrantes das Demonstrações Contábeis, através da “Demonstração do Valor Adicionado”, conforme estabelecido na NBC T 15 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aprovada pela resolução CFC nº. 1.003/2004. A tabela a seguir apresenta os coeficientes de distribuição do valor adicionado em 2007 em relação ao ano de 2006.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
2007		2006	
Governo	(339,09)	Governo	0,32
Colaboradores	(152,10)	Colaboradores	0,65
Terceiros	(8,88)	Terceiros	0,01
Retido	501,08	Retido	0,02

Tabela 2 – Valor Adicionado

3.9.2 Gestão Orçamentária

Os orçamentos de custeio e de investimento para o ano de 2007 foram aprovados, respectivamente, pelo Decreto nº 5.939, de 19 de outubro de 2006, e pela Lei nº. 11.451, de 07 de fevereiro de 2007, sendo o custeio revisado pelo Decreto nº. 6.277, de

28 de novembro de 2007. Os desembolsos da CGTEE ficaram dentro dos tetos orçamentários aprovados.

3.9.3 Gestão Financeira

O Patrimônio Líquido da CGTEE, ao final do exercício de 2007, atingiu o montante de R\$ 642,2 milhões, enquanto que em 2006 havia sido apurado um valor de R\$ 711,4 milhões, conforme ilustra o gráfico a seguir.

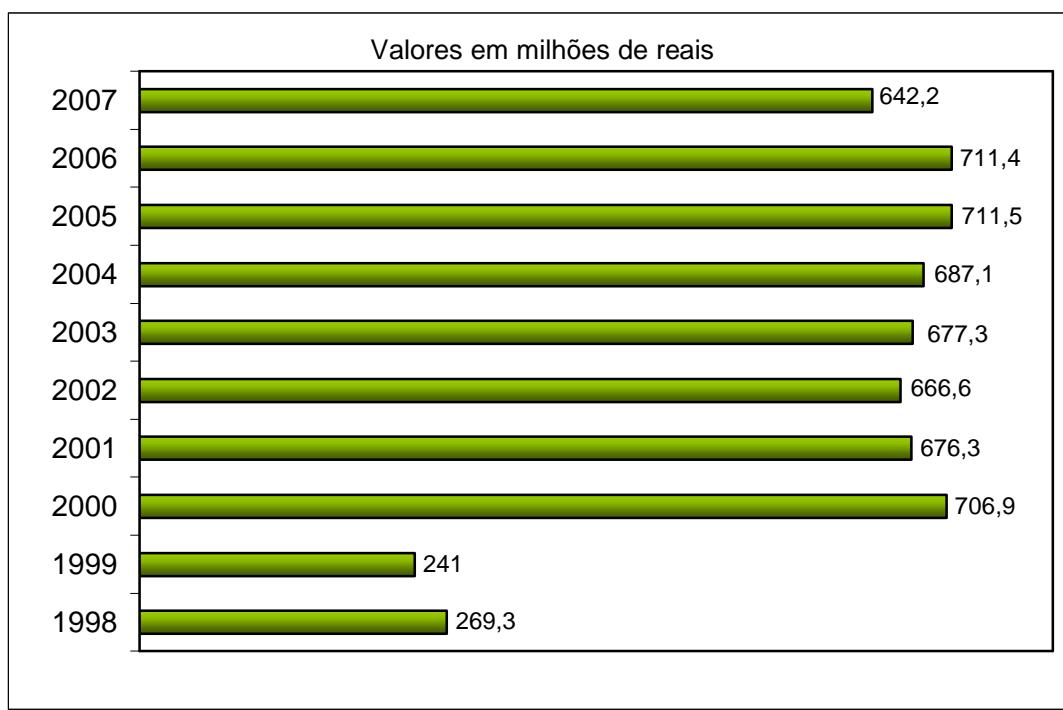


Gráfico 18 - Evolução do Patrimônio Líquido – Período 1998 – 2007

A Companhia, no Exercício de 2007, registrou um prejuízo na ordem de R\$ 69,1 milhões. Este prejuízo foi ocasionado pela descontratação de venda de energia mantidos com a AES, RGE e CEEE em 50% (40% em 2006) e redução de tarifa dos contratos mantidos com a AES-SUL e RGE (estorno PASEP e COFINS Regime Não-Cumulativo recebido em 2005 e 2006). Estas duas situações ocasionaram uma diminuição na receita operacional bruta em R\$ 29,8 milhões.

As receitas financeiras da Companhia foram impactadas, em relação a 2006, pela redução do montante disponível aplicado, onde foram investidos R\$ 163 milhões na

Fase C, e pela redução dos rendimentos das aplicações resultante da diminuição da Taxa de Juros Básica (SELIC), resultando um rendimento menor de R\$ 25,5 milhões em relação ao mesmo período de 2006.

Os custos de produção tiveram um incremento em função do aumento dos custos com compra de energia no âmbito da CCEE e dos serviços de transmissão de energia em R\$ 13,2 milhões em comparação com 2006. Apesar das ações adotadas de redução de despesas, ainda em 2007 ocorreu o incremento do custo de material e serviços na ordem de R\$ 12,3 milhões.

As despesas operacionais tiveram uma redução de R\$ 2,0 milhões, e os impostos sobre a receita uma redução de R\$ 4,0 milhões, resultante da mudança do Regime de apuração do PASEP e COFINS em função da Lei 11.196/2005.

O gráfico a seguir apresenta os resultados obtidos pela CGTEE nos últimos exercícios.

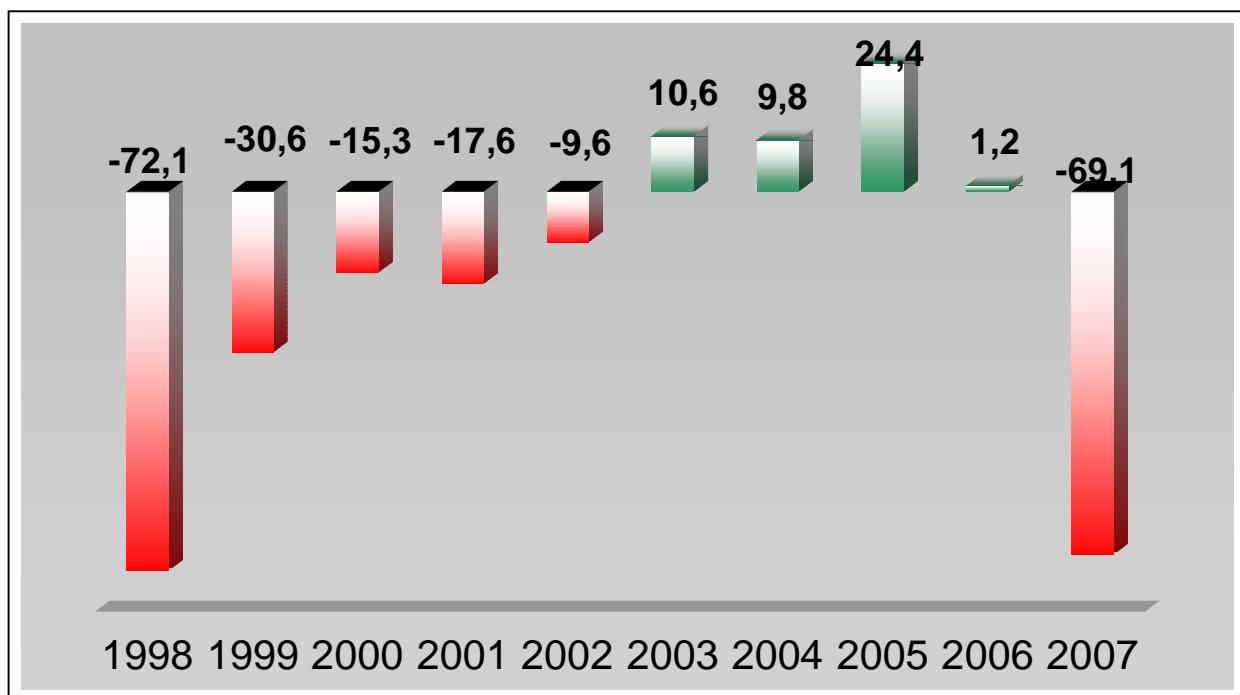


Gráfico 19 - Evolução do resultado – Período 1998 – 2007

Os contratos de suprimento firmados pela CGTEE com a AES-Sul e com a RGE tiveram as tarifas de energia e demanda reajustadas pela Resolução nº 318 da ANEEL,

de 18/04/2006, com vigência de 19/04/2006 até 18/04/2007, e, a partir desta data, a Resolução nº 448 da ANEEL, de 17/04/2007, homologou as tarifas com vigência prevista até 18/04/2008. Da mesma forma, o contrato mantido com a CEEE foi reajustado pela Resolução nº 379 da ANEEL, de 17/10/2006, com vigência de 25/10/2006 até 24/10/2007, e, a partir desta data, a Resolução nº 554 da ANEEL, de 23/10/2007, homologou as tarifas deste contrato, com vigência prevista até 24/10/2008. Estes contratos estabelecem a descontratação em percentual de 10% ao ano, a partir de 2003.

Os ativos financeiros de curto prazo, no final de 2007, equivaliam a 2,46 vezes os compromissos de mesma natureza, o que demonstra a liquidez financeira da Companhia.

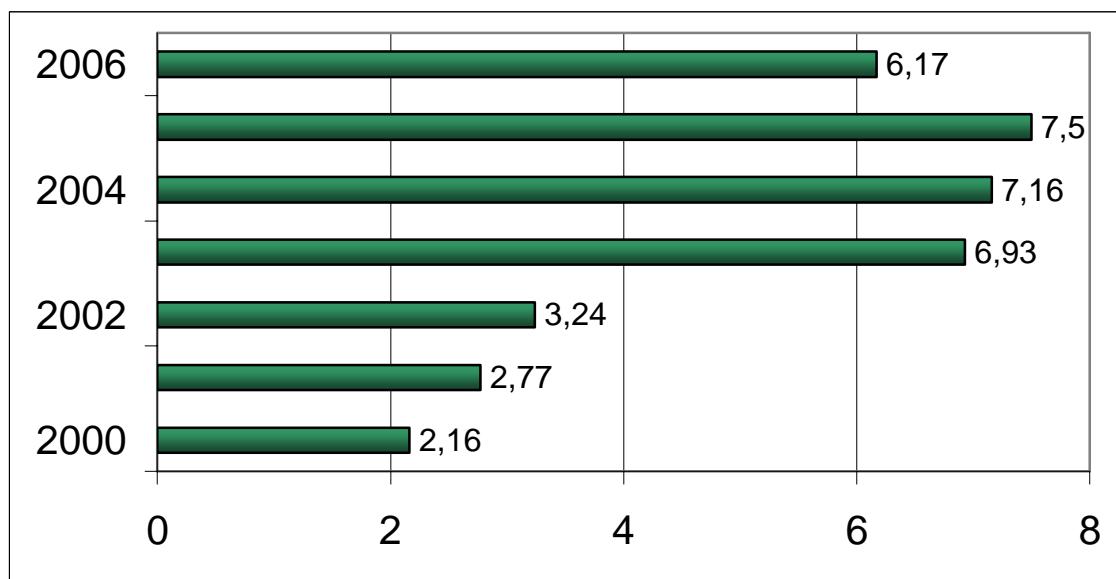


Gráfico 20 - Evolução do Índice de Liquidez Corrente – Período 2000 - 2007

A capacidade de geração interna de recursos decorrente das atividades operacionais da Companhia, que é exclusivamente a produção de energia elétrica a partir da termeletricidade, medida através do EBITDA (Earning Before Imcome Tax, Depreciation and Amortization), atingiu R\$ 10,6 milhões negativos no exercício de 2007.

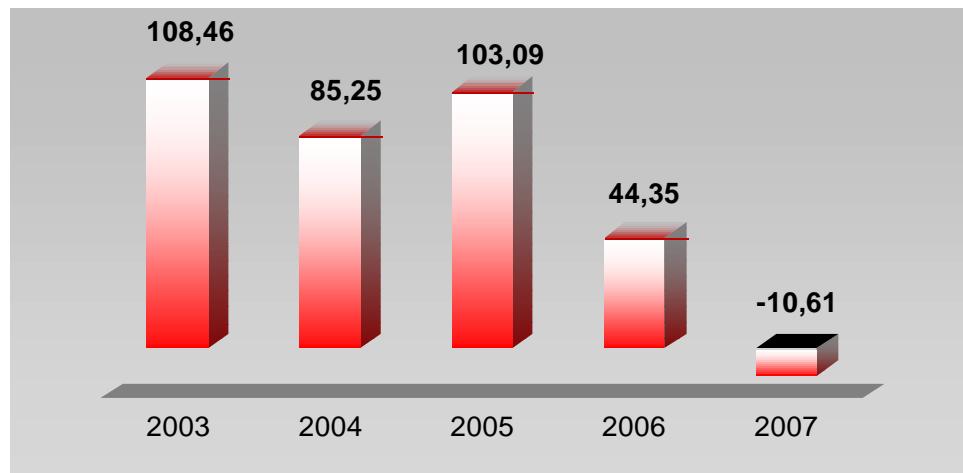


Gráfico 21 - Evolução do EBITDA – Período 2000 - 2007

3.10 GESTÃO DE SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS

A CGTEE, através do Departamento de Suprimentos, consolidou o Pregão Presencial e o Eletrônico, implantado através do Decreto nº 5.450, 31.05.2005, a exemplo das demais modalidades convencionais, tais como, Tomada de Preços e Concorrências, com destaque para o Sistema de Registros de Preços.

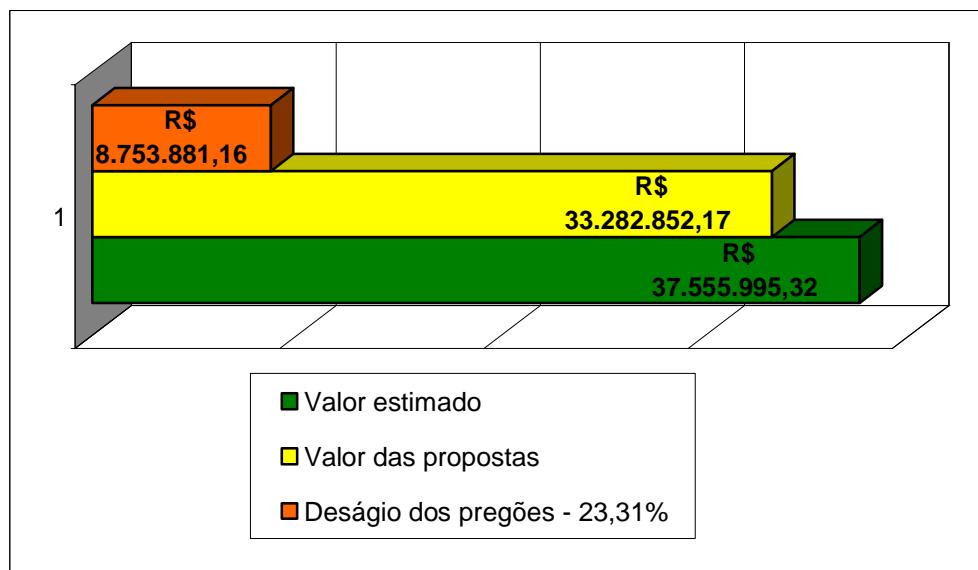


Gráfico 22 – Acompanhamento Orçamentário

Os Orçamentos estimados de custos, para contratações de Pregões no ano de 2007 foram de R\$ 37.555.995,32. Os valores das propostas comerciais ofertadas foram de R\$ 33.2 milhões, lance final: R\$ 28.8 milhões, deságio de R\$ 8.7 milhões, correspondentes a (23,31%).

Os Orçamentos Estimados de Custos para contratações de Concorrências foram de R\$ 13.977.286,00 (treze milhões, novecentos e setenta e sete mil, duzentos e oitenta e seis reais) e o valor das propostas ofertadas foi de R\$ 11.623.193,16 (onze milhões seiscentos e vinte e três mil cento e noventa e três reais e dezesseis centavos), com deságio de 0,16%. As Tomadas de Preços no ano de 2007 foram de R\$ 4.787.175,38 (quatro milhões setecentos e oitenta e sete mil cento e setenta e cinco reais trinta e oito centavos) e os valores das propostas comerciais ofertadas foram de R\$ 2.735.636,35 (dois milhões setecentos e trinta e cinco mil seiscentos e trinta e seis reais trinta e cinco centavos) com deságio: 0,43%.

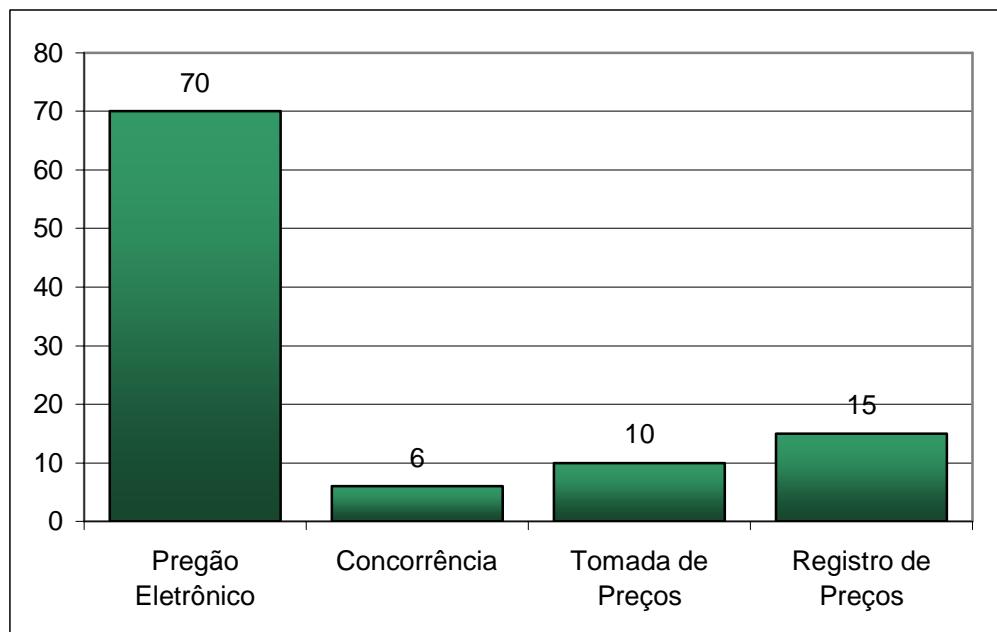


Gráfico 23 - Licitações efetivamente realizadas por modalidade em 2007

Em consequência da realização de Licitações, foram emitidos 185 contratos no ano de 2007.

O Departamento de Suprimentos realiza sistematicamente pesquisas de preços no mercado do modo a instruir os processos com, no mínimo, três orçamentos visando à obtenção do Orçamento Estimado de Custos que passará a representar o valor máximo que a CGTEE pagará pela futura contratação.

3.10.1 Análise e Emissão de Certificados de Registro Cadastral, conforme Art. 34 da Lei Nº 8.666/93.

Desde 01 de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2007, foram emitidos 562 CRC'S. Apenas no ano de 2007 foram emitidos 44 novos certificados. Dos 562 CRC'S emitidos, existem 111 válidos.

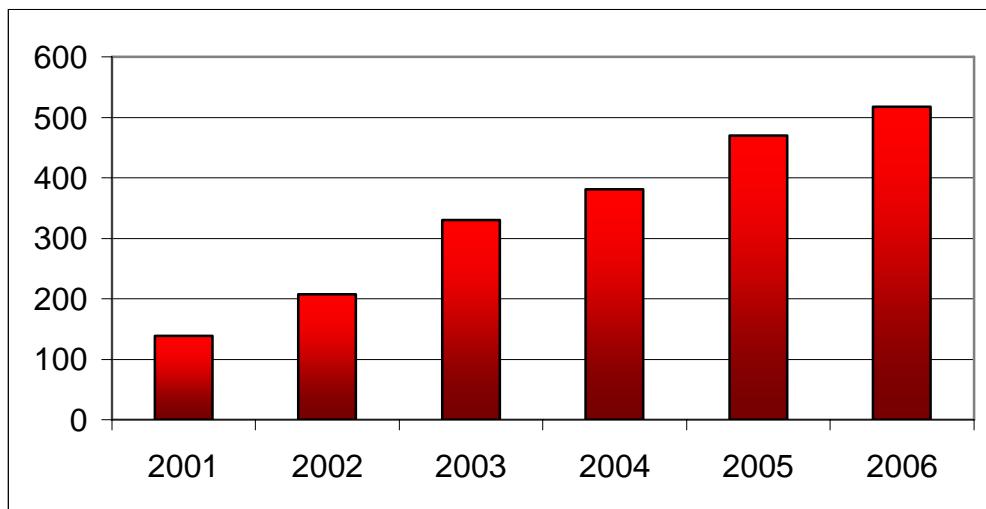


Gráfico 24 – Evolução do numero de emissões de Certificados de Registro Cadastral desde a implantação.

3.11 MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA

3.11.1 Implantação de Práticas de Governança Corporativa

Visando propiciar condições para modernização da empresa com base na ética, transparência da informação, responsabilidade sócioambiental e valorização dos direitos humanos, a CGTEE, alinhada às diretrizes da Eletrobrás, iniciou em 2007 um processo de implantação de práticas de governança corporativa, cujas premissas são a

transparência, prestação de contas (accountability), sustentabilidade, responsabilidade sócio-ambiental e eqüidade.

Neste sentido, destacam-se as principais ações desenvolvidas:

3.11.2 Implantação do Sistema de Gestão da Ética

A implementação do Sistema de Gestão da Ética (em conformidade com o Decreto 6.029/07) tem por finalidade orientar e aconselhar os profissionais sobre ética no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. Compete-lhe também funcionar como projeção da Comissão de Ética Pública, supervisionando a observância do Código de Conduta da Administração Federal.

3.11.3 Criação da Ouvidoria Geral

A Ouvidoria Geral da CGTEE tem a finalidade de estabelecer um canal permanente de comunicação rápido e eficiente entre a direção da empresa e o público interno e externo, colaborando para o alcance da eficiência na prestação dos serviços, da transparência, da ética no planejamento e na excelência da gestão administrativa.

3.11.4 Implantação do Portal da Transparência

Ainda no ano de 2007 iniciamos a implementação do Portal da Transparência, em atendimento à Portaria Interministerial N°140, de 16.03.2006, que disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal por meio de rede mundial de computadores (internet) e dá outras providências. O objetivo é disponibilizar informações no site da empresa sobre: execução orçamentária e financeira, licitações, contratações, convênios, instrumentos congêneres, diárias e passagens.

3.11.5 Criação do Comitê de Sustentabilidade

Criação do Grupo de Trabalho de suporte ao Comitê de Sustentabilidade da Eletrobrás, através da Resolução nº RES-067/07.

3.12 GESTÃO PATRIMONIAL

3.12.1 Apólice de Seguros

Em 2007, com a continuidade das ações do plano de ação para atendimento das recomendações do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB, manteve-se em queda o custo da Apólice de Risco Operacional da Unidade de Candiota, bem como sua taxa de risco o que resultou numa economia de aproximadamente R\$ 390.000,00 concomitante ao aumento do Limite Máximo de Indenização – LMI em mais R\$ 83 milhões.

3.12.2 Regularização Fundiária

Em 2007 foi constituída Comissão para a Venda de Imóveis com a finalidade de viabilizar e executar a comercialização dos imóveis residenciais e comerciais de propriedade da CGTEE que não estejam ligados à atividade fim da empresa.

3.12.3 Gestão de Pessoal

No ano de 2007, dando continuidade à estratégia de retenção de talentos, foram realinhados os salários dos empregados admitidos entre 01 de maio de 2004 e 30 de novembro de 2007, visando corrigir distorções salariais e adequando-os à realidade de mercado.

Destacamos também a adequação de rotinas às exigências legais, tais como alimentação do sistema do TCU e maior controle da entrega da Declaração de Imposto de Renda do quadro de funções de confiança, bem como a atualização de fichas funcionais e implantação dos novos equipamentos de controle e registro de efetividade.

3.12.4 Informações Jurídicas

Em 2007, a direção da CGTEE foi surpreendida com o fato da empresa constar como garantidora de empréstimos internacionais contratados junto ao Banco alemão Kreditanstalt Für Widraufbau (KFW), tendo como favorecidas as empresas Winimport e Hamburgo Energia.

Além da exoneração do Diretor Técnico e de Meio Ambiente, imediatamente foi aberto processo de sindicância, cujo relatório foi encaminhado para o Ministério Público Federal, Policia Federal, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica, Eletrobrás e Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

O relatório apura evidências de autoria, materialidade de atos irregulares e participação de forma direta ou indireta, em maior ou menor grau, de cinco pessoas. Não existem indícios de participação de pessoas ainda ligadas à CGTEE.

Após investigação da Policia Federal e posterior denúncia do Ministério Público, o processo encontra-se em andamento junto à Justiça Federal.

Em 23.11.07, a CGTEE recebeu fax do KFW onde informa que os instrumentos de garantia não são autênticos, conforme os laudos periciais elaborados pela Polícia Federal brasileira e que não vão reivindicar mais qualquer direito decorrente dessas garantias.

Com relação aos processos com decisões judiciais, ainda que não definitivas, favoráveis à CGTEE e diretamente quantificáveis, obtivemos uma economia aproximada de R\$ 167.683,53.

Nesse sentido, em que pese não tenha havido decisão judicial, temos provável possibilidade de êxito na ação de restituição de tributos contra a União no valor de R\$ 12.297.308,15 e na redução do valor cobrado pela empresa Sidersul Produtos Siderúrgicos LTDA, por ordem do TCU, de R\$ 893.437,38 para R\$ 325.982,91, ou seja, uma redução aproximada de R\$ 567.454,47.

3.12.5 Gestão de Certificação de Operadores de Usina

Em 2007 foi concluído o processo de Certificação de Operadores nas Usinas de São Jerônimo e Porto Alegre. Na Usina Presidente Médici o processo está em andamento devendo ser concluído no 1º Semestre de 2008.

3.12.6 Pesquisa e desenvolvimento

A CGTEE investe na produção de novas tecnologias industriais e ambientais, abrindo seu parque gerador de energia elétrica para a construção do conhecimento científico, que é fundamental para otimizar os sistemas produtivos e promover o desenvolvimento sustentável no nosso País. Este investimento é feito através de Projetos do Programa de P&D ANEEL e de Projetos Estratégicos.

Nossos projetos de P&D são executados por equipes de pesquisa, compostas por professores e bolsistas ligados às universidades e fundações públicas de pesquisa, sem fins lucrativos. Estes projetos são demandados pela CGTEE ou apresentados pelas instituições pesquisadoras, com o objetivo de desenvolver novas técnicas e processos tecnológicos com maior eficiência produtiva, menor impacto ambiental associado à geração de energia elétrica a partir do carvão mineral, bem como novas abordagens de pesquisa aplicada aos diferentes sistemas existentes em nossas usinas termelétricas.

3.12.7 P&D ANEEL

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D ANEEL) da CGTEE conta com 05 Ciclos concluídos e aprovados pela ANEEL (Ciclo 2000/2001, Ciclo 2001/2002, Ciclo 2002/2003 , Ciclo 2003/2004 e 2004/2005), 01 Ciclo em execução (Ciclo 2005/2006), 01 Ciclo com projetos em aprovação pela ANEEL (Ciclo 2006/2007).

A Tabela abaixo demonstra os valores aplicados pela CGTEE em Pesquisa e Desenvolvimento, conforme Leis nº. 9.991 de 24/07/2000 e nº. 10.848 de 15/03/2004.

CICLO	P&D (R\$)	FNDCT* (R\$)	EPE** (R\$)
2000/2001	706.000,00	685.821,36	-
2001/2002	840.036,00	780.078,50	-
2002/2003	795.446,00	728.929,21	-
2003/2004	764.364,00	697.033,64	348.516,82
2004/2005	889.224,00	888.229,27	444.114,64
2005/2006	702.760,47	702.760,47	351.380,00
2006/2007	624.789,00	624.789,00	312.394,50

* Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Ministério de Ciência e Tecnologia)

** Empresa de Pesquisas Energéticas (Ministério de Minas e Energia)

A Tabela abaixo mostra a situação dos Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento

Cód.CGTEE	Contrato/Nº ANEEL/Instituição	ODS	Ciclo	Valor	Realizada	Situação
PD 0017	CGTEE/SEDE/103/2005 0097-007/2004 EMBRAPA - Resíduos de Carvão	200009 200013 200017	2003/2004 2004/2005 2005/2006	152.630,00 182.440,00 177.920,00	152.630,00 165.080,00	ENCERRADA Suspensa 09/07 ABERTO
PD 0018	CGTEE/SEDE/104/2005 0097-008/2004 FEENG/UFRGS - Simulador de Processos	200010 200014	2003/2004 2004/2005	265.030,00 285.030,00	265.030,00 285.030,00	ENCERRADA ENCERRADA
PD 0016	CGTEE/SEDE/105/2004 0097-005/2004 PUC - Protótipo Detecção e Diagnóstico	200011 200015 200018	2003/2004 2004/2005 2005/2006	59.440,00 102.870,00 90.990,00	59.440,00 102.870,00 39.330,00	ENCERRADA ENCERRADA ATIVA
PD 0015	CGTEE/SEDE/106/2005 0097-003/2004 PUC - Combustão na Fornalha	200012 200016	2003/2004 2004/2005	110.460,00 95.460,00		ENCERRADA ENCERRADA
PD 0019	CGTEE/SEDE/196/2006 0097-001/2005 FATEC/UFSM - Metereologia e Dispersão de ...	200019 200020	2004/2005 2005/2006	212.940,00 213.660,00	212.940,00 16.570,00	ENCERRADA ATIVA
PD 0020	0097-003/2006 CIENTEC - Combustor Piloto em LFC		2005/2006 2006/2007	252.650,00 95.350,00		NÃO CONTRATADO NÃO CONTRATADO
PD 0021			2006/2007 2007/2008	164.070,00 174.230,00		EM AVALIAÇÃO EM AVALIAÇÃO
PD 0022			2006/2007 2007/2008	258.819,40 263.286,60		EM AVALIAÇÃO EM AVALIAÇÃO
PD 0023			2006/2007 2007/2008 2008/2009	106.550,00 137.770,00 125.220,00		EM AVALIAÇÃO EM AVALIAÇÃO EM AVALIAÇÃO

O Ciclo 2005/2006 apresenta como destaque o “PROJETO E INSTALAÇÃO DE UM COMBUSTOR PILOTO DE LEITO FLUIDIZADO CIRCULANTE

MULTICOMBUSTÍVEL". Este Projeto, a ser executado pela CIENTEC, é cooperado com a CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL e FURNAS, tendo como objetivo principal levantar dados de queima em LFC com vistas ao Projeto de desenvolvimento de tecnologia nacional para PCT-Pequenas Centrais Termoelétricas.

O valor total do projeto é de R\$ 2.123.800,00 (dois milhões, cento e vinte e três mil e oitocentos reais) e encontra-se em fase de contratação.

3.12.8 Informações de Natureza Social e Ambiental

COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA						
INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL						
(Valores expressos em milhares de reais)						
Geração e distribuição de riqueza (DVA) R\$/mil				Em 2007: (138)	Em 2006: 81.946	
Distribuição do Valor Adicionado						
Governo	20.990				26.124	
Empregados	46.795				53.040	
Acionista	(69.149)				1.216	
Financiamentos	1.226				1.566	
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada na íntegra no conjunto das Demonstrações Contábeis						
Recursos Humanos						
Remuneração			2007		2006	
Remuneração Bruta (RM)	31.166				30.509	
- Empregados	30.492				29.743	
- Administradores	674				766	
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	20,9				23,9	
- Administradores	10,0				9,9	
2007				2006		
Benefícios Concedidos						
	Valor (mil)	% sobre RM	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RM	% sobre RL
Encargos Sociais	12.821	41,1%	5,6%	12.401	40,6%	4,7%
Alimentação	2.785	8,9%	1,2%	3.227	10,6%	1,2%
Transporte	1.176	3,8%	0,5%	965	3,2%	0,4%
Previdência privada	3.644	11,7%	1,6%	4.217	13,8%	1,6%
Saúde	1.167	3,7%	0,5%	1.045	3,4%	0,4%
Segurança e medicina do trabalho	1.210	3,9%	0,5%	1.437	4,7%	0,5%
Educação	77	0,2%	0,0%	56	0,2%	0,0%
Cultura	57	0,2%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	316	1,0%	0,1%	196	0,6%	0,1%
Creches ou auxílio creche	129	0,4%	0,1%	141	0,5%	0,1%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,0%	0,0%	5.456	17,9%	2,1%
Total	23.382	75,0%	10,2%	29.141	95,5%	11,0%

Composição do Corpo Funcional		2007	2006
Nº de empregados no final do exercício		539	542
Nº de admissões		6	18
Nº de demissões		9	19
Nº de estagiários no final do exercício		107	129
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício		-	-
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício		-	-
Nº de empregados por sexo:			
- Masculino		447	447
- Feminino		92	95
Nº de empregados por faixa etária:			
- Menores de 18 anos		-	-
- De 18 a 35 anos		79	81
- De 36 a 60 anos		451	453
- Acima de 60 anos		9	8
Nº de empregados por nível de escolaridade:			
- Analfabetos		-	-
- Com ensino fundamental		180	194
- Com ensino médio		128	133
- Com ensino técnico		88	89
- Com ensino superior		142	125
- Pós-graduados		1	1
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:			
- Masculino		42,0%	82,0%
- Feminino		10,0%	18,0%
Contingências e passivos trabalhistas		2007	2006
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade		40	27
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		20	22
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		21	31
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		1.015	1.145
Interação da Entidade com o Ambiente Externo		2007	2006
		Valor (mil)	% sobre RO
		% sobre RL	Valor (mil)
Relacionamento com a comunidade			
Totais dos investimentos em:			
Educação	379	-0,5%	0,2%
Cultura	-	0,0%	0,0%
Saúde e saneamento	172	-0,2%	0,1%
Esporte e lazer	380	-0,5%	0,2%
Alimentação	-	0,0%	0,0%
Geração de trabalho e renda	110	-0,2%	0,0%
Total dos Investimentos	1.041	-1,5%	0,5%
Tributos (excluídos encargos sociais)	6.614	-9,5%	2,9%
Total - Relacionamento com a comunidade	7.655	-11,0%	3,4%
Interação com o Meio Ambiente		2007	2006
		Valor (mil)	% sobre RO
		% sobre RL	Valor (mil)
Investimentos e gastos com manutenção nos processos			

operacionais para a melhoria do meio ambiente	315	-0,5%	0,1%	1.882	40,6%	0,7%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	-	0,0%	0,0%	5	0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	10.657	-15,4%	4,7%	-	0,0%	0,0%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	-	-	-	-	-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da Interação com o meio ambiente	10.972	-15,9%	4,8%	1.887	40,7%	0,7%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2007			2006		
Número total de acidentes de trabalho	34			20		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Os pradrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	(X) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva
Outras informações	2007			2006		
Receita Líquida (RL)	228.300			265.763		
Resultado Operacional (RO)	(69.384)			4.634		

4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1 GESTÃO DE AÇÕES

4.1.1 Dados gerais

<i>Implantação de uma Usina Termelétrica a carvão mineral nacional, com potência instalada de 350 MW/Fase C (1127)</i>	
<i>Tipo</i>	<i>Finalística</i>
<i>Finalidade</i>	Implantar usina termelétrica a carvão mineral pulverizado, com potência a ser instalada de 350 MW, localizada junto à Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota/RS, constituindo-se na Fase C.
<i>Descrição</i>	Construção de uma termelétrica a carvão mineral de 350 MW, resultando no aumento da potência instalada de base térmica para atendimento ao mercado, utilizando os equipamentos já fabricados e cedidos pela União à CGTEE. Empreendimento cujo custo de geração é inferior ao valor normativo fixado para fonte termelétrica a carvão, o que o torna bastante competitivo em relação aos demais empreendimentos termelétricos nacionais pretendidos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP)
Unidades executoras	UGP
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	UGP
Coordenador da ação	Hermes Ceratti Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Hermes Ceratti Marques

Manutenção do Sistema de Geração de Energia (4493)

Tipo	Finalística
Finalidade	Disponibilizar maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados na planta, através de manutenções corretivas em diversos equipamentos, de tal forma que a geração de energia possa ser efetivamente garantida.
Descrição	Realização de todas as manutenções preventivas, preditivas e corretivas, programadas ou de emergência, bem como eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes em plantas de geração térmica de energia elétrica. Inclui-se também neste programa todas as melhorias pretendidas a serem realizadas nas oficinas de manutenção de equipamentos industriais de grande porte.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Técnico de Engenharia (DTE)
Unidades executoras	DTE
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	DTE
Coordenador da ação	Luiz Nelson Valcareggi
Responsável pela execução da ação no nível local	Luiz Nelson Valcareggi

Adequação Ambiental da UPME (3380)

Tipo	Finalística
Finalidade	Atender às determinações do IBAMA.
Descrição	Adequação das unidades das Fases A e B da Usina Presidente Médici - UPME aos padrões de emissões atmosféricas

	determinadas pelo órgão licenciador ambiental através da licença de operação - LO nº 057/99, emitida em 22/11/1999, com validade de 4 anos.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Departamento Técnico de Meio Ambiente (DTA)
<i>Unidades executoras</i>	DTA e Departamento de Engenharia
<i>Áreas responsáveis por gerenciamento e execução</i>	DTA
<i>Coordenador da ação</i>	José Hilton da Silva Cardoso
<i>Responsável pela execução da ação no nível local</i>	José Hilton da Silva Cardoso

Revitalização da Usina Presidente Médici (3372)

<i>Tipo</i>	Finalística
<i>Finalidade</i>	Disponibilizar maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados na planta, através de manutenções corretivas em diversos equipamentos, de tal forma que a geração de energia possa ser efetivamente garantida.
<i>Descrição</i>	Realização de reformas, melhorias e eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes na planta de geração térmica da UPME, inclui-se também neste programa todas as melhorias pretendidas a serem realizadas nos equipamentos industriais de grande porte.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	DTE
<i>Unidades executoras</i>	DTE

Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	DTE
Coordenador da ação	Luiz Nelson Valcareggi
Responsável pela execução da ação no nível local	Luiz Nelson Valcareggi

0807- Infra-estrutura

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis (4101)	
Tipo	Apoio
Finalidade	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Administrativa
Unidades executoras	Departamento Administrativo
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	Diretoria Administrativa
Coordenador da ação	Rosângela Machado
Responsável pela execução da ação no nível local	Rosângela Machado

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos (4102).	
Tipo	Apoio
Finalidade	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Administrativa

Unidades executoras	Departamento Administrativo
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	Diretoria Administrativa
Coordenador da ação	Rosângela de Freitas Machado
Responsável pela execução da ação no nível local	Rosângela de Freitas Machado

Manutenção e Adequação dos Ativos de Informática (4103)

Tipo	Apoio
Finalidade	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Presidência
Unidades executoras	Assessoria de Tecnologia da Informação
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	Presidência
Coordenador da ação	Zoares Mathias
Responsável pela execução da ação no nível local	Zoares Mathias

4.2 RESULTADOS

4.2.1 Principais Despesas Vinculadas à Ação

3380- Adequação Ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici, Fases A e B, em Candiota (RS).

Código / Programa	Realização Física	Realização Financeira	Justificativa das disfunções
0295 Região Sul	15%	11,6%	Justificam-se os desvios entre os valores dotados e os efetivamente realizados devido à complexidade dos principais projetos a serem executados e às dificuldades na elaboração de orçamentos, em razão do número reduzido de fornecedores capacitados a realizarem os serviços propostos. Pode-se exemplificar através do projeto de dessulfurização considerado um dos principais projetos da adequação ambiental da Usina Presidente Médici, cuja previsão para o ano de 2007 é de quarenta milhões de reais, representando quase 52% do orçamento aprovado para o ano de 2007. Entretanto, dado às dificuldades relatadas, ainda não foi lançado o processo licitatório para a aquisição deste sistema.
RESUMO DO PROJETO EM R\$			
DOTAÇÃO			
REALIZADO			
Em Aquisição			
Em Andamento			

1127- Implantação da Usina Termelétrica Candiota III - Fase C com Capacidade de 350MW

Código / Programa	Realização Física	Realização Financeira	Justificativa das disfunções
0295 Região Sul	11%	30%	Justifica-se o desvio entre a previsão e realização financeira pelas dificuldades enfrentadas em relação ao contrato de EPC, de concluir a contratação das obras civis principais da usina, que ocorreu somente em 21 de dezembro de 2007, ocasionando a necessidade de readequação do cronograma da obra e pagamentos correspondentes. O atraso ocorrido não compromete a conclusão da obra no prazo inicialmente estabelecido no contrato, que é 31 de dezembro de 2009.
RESUMO DO PROJETO EM R\$			
DOTAÇÃO			
REALIZADO			
Em Aquisição			
Em Andamento			

4493- Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica, com capacidade instalada de 490MW.

Código / Programa	Realização Física	Realização Financeira	Justificativa das disfunções
0295 Região Sul	Não há meta física para essa Ação, pois é uma atividade permanente.	7%	Este programa pressupõe a aquisição de bens e equipamentos que envolvam grandes volumes de investimentos visando à recomposição e extensão da vida útil das unidades geradoras da UTE Presidente Médici, Fases A e B. Com o atraso das definições de caráter técnico/estratégico. O montante de realização ficou bastante comprometido, pois somente os projetos de menor porte foram realizados em 2007.
RESUMO DO PROJETO EM R\$			
DOTAÇÃO		36.540.000,00	
REALIZADO		2.560.951,08	
Em Aquisição		4.547.091,73	
Em Andamento		29.431.957,19	

3372- Revitalização da Usina Termelétrica de Presidente Médici, visando manter a capacidade instalada de 446 MW.

Código / Programa	Realização Física	Realização Financeira	Justificativa das disfunções
0295 Região Sul	9,4%	9%	A CGTEE, no ano de 2005, contratou empresa especializada para realizar o diagnóstico, estudo de viabilidade e emissão de relatório técnico visando a repotenciação, modernização e extensão da vida útil das unidades Geradoras da Fase A. O diagnóstico foi entregue em 2006 e a CGTEE está realizando os estudos de caráter técnicos, econômicos e de adequação ambiental, a viabilização e possibilidade de captação de recursos que deverão ser aplicados em caráter plurianual, principalmente na aquisição de equipamentos, contratação de serviços visando a repotenciação e extensão da vida útil das referidas Unidades Geradoras, a partir do ano de 2007. Este é um projeto que pressupõe a aplicação de vultosos recursos financeiros. Com o atraso das definições de caráter técnico/estratégico, o montante de realização ficou bastante comprometido, pois somente os projetos de menor porte foram realizados em 2007.
RESUMO DO PROJETO EM R\$			
DOTAÇÃO	12.400.000,00		
REALIZADO	1.160.870,08		
Em Aquisição	-		
Em Andamento	11.239.129,92		

0807- Infra-Estrutura das Estatais

4101- Manutenção de Bens Imóveis

Código / Programa	Realização Física	Realização Financeira	Justificativa das disfunções
0807	15%	9,6%	Justificam-se os desvios entre os valores dotados e os efetivamente realizados, em função a não conclusão das negociações relativas à aquisição do prédio da sede em Porto Alegre e, em um segundo momento, pela não conclusão de elaboração do plano diretor industrial da unidade de Candiota.
RESUMO DO PROJETO EM R\$			
DOTAÇÃO			6.000.000,00
REALIZADO			577.535,67
Em Aquisição			99.629,33
Em Andamento			5.322.835,00

4102 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.

Código / Programa	Realização Física	Realização Financeira	Justificativa das disfunções
0807	20%	17%	Justificam-se os desvios entre os valores dotados e os realizados pelas decisões de gestão que visaram o melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros da Companhia, bem como pela não implementação, no ano de 2007, do Sistema de Vigilância Integrado (softwares, projeto executivo, equipamentos novos, materiais, serviços de engenharia, instalação e "Startup") na Usina Presidente Médici, em Candiota – RS, na Usina de São Jerônimo, em São Jerônimo – RS, na Nova Usina Termoelétrica de Porto Alegre – NUTEPA, em Porto Alegre – RS, e na Oficina Mecânica de São Leopoldo, localizada em São Leopoldo – RS.
RESUMO DO PROJETO EM R\$			
DOTAÇÃO			3.323.700,00
REALIZADO			570.317,15
Em Aquisição			1.877.102,46
Em Andamento			876.280,39

4103- Manutenção de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Código / Programa	Realização Física	Realização Financeira	Justificativa das disfunções
0807	60%	60%	<p>A justificativa da não realização do orçamento aprovado fundamenta-se pelas seguintes decisões e circunstâncias:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Não aquisição de novos equipamentos de informática, b. Não implantação da rede lógica - LAN, no prédio que seria adquirido para sede da empresa em Porto Alegre, c. Não aquisição de licenças de softwares diversos (Autocad, MS-Project e outros) e redução do valor da contratação da aquisição do direito de uso por prazo perpétuo do software de gestão SAP R/3 mySAP ERP - versão atualizada.
RESUMO DO PROJETO			
DOTAÇÃO	3.500.000,00		
REALIZADO	2.115.115,73		
Em Aquisição	-		
Em Andamento	1.384.884,27		

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os indicadores de desempenho contribuem para avaliar a performance da empresa, para superação dos problemas estruturais e medição da qualidade de manutenção e expansão das unidades.

5.1 INDICADOR: DISPONIBILIDADE GERAL

Meta 2007	Índice obtido	Situação	Medidas	Providências
63%	45,59%	Meta não atingida	Decorrencia da grande incidência de rupturas de tubos nos geradores de vapor da Fase B da UTE Presidente Médici.	<p>Implementação Plano Emergencial de recuperação das Caldeiras das Máquinas 3 e 4, com o objetivo de elevar a disponibilidade geral, da seguinte forma:</p> <p>1) Curto prazo-trabalhos em 2008: Realização de manutenção, por intermédio da retomada das revisões anuais das Unidades, visando buscar disponibilidade da usina próximo aos 55% (após a intervenção das Revisões anuais), até a efetiva viabilização para execução de uma intervenção de grande porte, cuja meta é um a disponibilidade de 85%.</p> <p>2) RETROFIT COM EXTENSÃO DE VIDA ÚTIL E COM GARANTIA DE PERFORMANCE:</p> <p>Revitalizar e atualizar as Unidades Geradoras para aumentar a vida útil dos equipamentos, através da incorporação de modernas tecnologias e materiais de qualidade avançada, para a reconquista da disponibilidade e confiabilidade das unidades.</p>

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Disponibilidade Geral” visa demonstrar a disponibilidade operacional das unidades para geração de energia elétrica. Trata-se de um indicador de eficiência e eficácia, cujo órgão responsável é o Departamento de Programação da Produção.

Definição:

$$D.G. = \frac{DF + DFP + DP}{\text{Tempo Total do Período}} \times 100$$

DF = Representa o somatório do tempo equivalente de desligamentos forçados;

DFP = Representa o somatório de tempo dos desligamentos por falha na partida;

DP = Representa o somatório de tempo equivalente de desligamentos programados.

5.2 INDICADOR: RAZÃO OPERACIONAL

Meta 2007	Índice obtido	Situação	Justificativa	Providências
1,51%	1,69%	Meta não atingida	<p>Três razões principais corroboraram para o não atendimento da meta estabelecida:</p> <p>a) A elevação da indisponibilidade do sistema de geração elevou os dispêndios financeiros para a compra de energia, visando garantir a entrega da energia contratada.</p> <p>b) Aumento da energia disponível para comercialização no mercado;</p> <p>Atraso no financiamento do Contrato de EPC da Fase C, da ordem de R\$103 milhões, que gerou a diminuição da receita.</p>	<p>A CGTEE pactuou com a Eletrobrás as seguintes medidas:</p> <p>a) Construir um grupo multidisciplinar entre as empresas do Grupo Eletrobrás, envolvendo as áreas Técnica, Financeira, Jurídica e de Suprimentos;</p> <p>b) Criar um Grupo de Trabalho com a finalidade de apresentar ao conselho de Administração os seguintes assuntos:</p> <p>c) Análise da Engenharia Econômico-Financeira do Complexo Termoelétrico Presidente Médici, considerando os vultuosos investimentos que serão necessários nos próximos anos, decorrentes das exigências ambientais e de manutenção das Unidades Geradoras.</p>

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Razão Operacional” visa demonstrar o quanto da receita operacional está comprometida com a despesa operacional. Trata-se de um indicador de eficiência e economicidade, cujo órgão responsável é o

Departamento de Contabilidade.

Definição:

$$R.O. = \frac{\text{Despesa Operacional (R\$)}}{\text{Receita Operacional Líquida (R\$)}}$$

Despesa Operacional = pessoal + materiais + serviços de terceiros + combustíveis + depreciação + amortização + energia para revenda + energia de uso + outras despesas;

Receita Operacional Líquida = suprimento de energia elétrica + conta de consumo de combustível (CCC) + conta de desenvolvimento energético (CDE) + outras receitas – impostos e contribuições sobre a receita – Quota para reserva global de reversão.

5.3 INDICADOR: RAZÃO OPERACIONAL SEM DEPRECIAÇÃO

Meta 2007	Índice obtido	Situação
1,24%	1,32%	Meta não atingida

5.4 INDICADOR: DESPESA COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL

Meta 2007	Índice obtido	Situação	Justificativa	Providências
29,01%	35,28%	Meta não atingida	No ano de 2007 houve estabilidade na despesa com pessoal, entretanto, houve uma significativa diminuição da receita total, o que gerou um maior impacto do indicador sobre a receita.	Em 2008 existe a perspectiva de recomposição da receita a partir da comercialização dos contratos firmados no Leilão de 2005.

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Despesa com Pessoal em Relação à Receita Total” (%) visa permitir o gerenciamento das despesas com a rubrica de pessoal. Trata-se de um indicador de eficiência, cujo órgão responsável é o Departamento de Recursos Humanos.

Definição:

$$D.P.R.R.T = \frac{\text{Despesa com Pessoal (R\$)}}{\text{Receita Total (R\$)}} \times 100$$

Despesa com pessoal = salário nominal + encargos sociais + vantagens + benefícios previdenciários e de saúde + vale refeição + periculosidade + insalubridade + horas extras + sobreaviso;

Receita Total = receita operacional + receita financeira + receita não operacional.

5.5 INDICADOR: EBITDA (MILHÕES DE REAIS)

Meta 2007	Índice obtido	Situação	Justificativa	Providências
-9,79%	-11,11%	Meta não atingida	<p>Três razões principais corroboraram para o não atendimento da meta estabelecida:</p> <p>a) A elevação da indisponibilidade do sistema de geração elevou os dispêndios financeiros para a compra de energia, visando garantir a entrega da energia contratada.</p> <p>b) Aumento da energia disponível para comercialização no mercado;</p> <p>Atraso no financiamento do Contrato de EPC da Fase C, da ordem de R\$103 milhões, que gerou a diminuição da receita financeira.</p>	Destacam-se as mesmas medidas definidas para o aumento da disponibilidade geral, que possam garantir o cumprimento dos contratos e as demais medidas que visam melhorar a razão operacional da empresa.

Objetivo: O acompanhamento do indicador “EBITDA” visa demonstrar o valor monetário correspondente aos recursos disponíveis pela Companhia para o pagamento do serviço da sua dívida, remuneração dos seus acionistas e implementação do seu plano de investimentos. Trata-se de um indicador de eficácia, cujo órgão responsável é o Departamento de Contabilidade.

Definição:

EBITDA (Milhões de R\$) = lucro Líquido + despesas financeiras + depreciação + amortização + tributos.

ou

EBITDA (Milhões de R\$) = GIR + Resultado não operacional.

5.6 INDICADOR: DESPESA DE SERVIÇO DE TERCEIROS/RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Meta 2007	Índice obtido	Situação
24,45%	22,90%	Meta atingida

Objetivo: visa demonstrar o grau de comprometimento da receita operacional com serviços de terceiros. Trata-se de um indicador de eficácia e economicidade, cujo responsável é o Departamento de Contabilidade.

Definição: Receita Operacional sobre o índice destinado à contratação de serviços de terceiros.

5.7 - INDICADOR: GRAU DE ENDIVIDAMENTO SEM OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Meta 2007	Índice obtido	Situação
36,53%	8,5%	Meta atingida

Objetivo: procura retratar a posição relativa do capital de terceiros com relação ao capital próprio. Trata-se de um indicador de eficiência, cujo órgão responsável é o Departamento de Contabilidade.

Definição:

$$\text{G.E.S.O.E.} = \frac{\text{Passivo Total} - \text{Patrimônio Líquido} - \text{Obrigações Especiais}}{\text{Passivo Total (R\$)}} \times 100$$

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Com relação ao controle das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, a CGTEE mantém um convênio de adesão com a Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE (CNPJ 90.884.412/0001-24), cujo demonstrativo anual é detalhado a seguir:

Período	Valor Total da Folha de Pagamento dos Empregados Participantes	Valor Total das Contribuições pagas pelos Empregados Participantes	Valor Total das Contribuições pagas pela Patrocinadora	Valor Total de Outros Recursos Repassados pela Patrocinadora
jan/07	3.118.374,90	203.262,28	338.550,82	32.802,82
fev/07	2.287.467,84	155.311,23	270.666,69	25.489,50
mar/07	1.445.347,57	109.212,14	211.721,30	19.261,58
abr/07	1.564.205,44	122.970,07	206.139,29	17.973,23
mai/07	1.555.682,99	116.207,75	244.293,08	21.631,27
jun/07	1.447.015,75	108.474,11	210.218,47	18.842,80
jul/07	1.470.695,04	111.322,16	211.870,60	19.166,35
ago/07	1.717.820,96	134.328,31	253.501,74	23.060,41
set/07	1.563.049,89	116.743,61	222.499,68	20.111,78
out/07	1.538.789,67	119.396,26	224.834,49	20.484,41
nov/07	1.515.240,47	115.217,72	223.142,62	20.248,35
dez/07	1.562.886,37	115.158,85	457.975,97	41.492,17
Total	20.786.576,89	1.527.604,49	3.075.414,75	280.564,67

Houve, ainda, repasse de recursos não decorrentes de contribuições, conforme o quadro apresentado a seguir.

EXERCÍCIO	VALOR (R\$)			VALOR TOTAL (R\$)	MOTIVO
	NORMAL	ATRASADO	(-)DEVOLUÇÃO		
2007	338.550,82	-	-	24.704,50	Taxa Integralização
	270.666,69	-	-	73.271,33	Contrib Via Fund
	211.721,30	-	-	123.980,18	Seguro
	206.139,29	-	-	25.608,45	Jóia
	244.293,08	-	-	6.754,17	Taxa Inscrição
	210.218,47	-	-	1.095.315,18	Empréstimo
	211.870,60	-	-	1.349.633,81	

Recentemente a ELETROCEEE teve seu balanço patrimonial auditado, cujo parecer dos Auditores Independentes foi o seguinte:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquelas datas, elaborados sob responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em atendimento ao artigo 2.3 do Regulamento anexo à Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, que possibilita a implementação gradual da tábua AT-83 até 31 de dezembro de 2008, a FUNDAÇÃO CEEE adotou a nova tábua GAM-83 em 2006, 50% da diferença entre a GAM-83 e a AT-83 na avaliação de fechamento em 2007. Em dezembro de 2008 será adotada a tábua de mortalidade geral correspondente a 100% da AT-83, e a tábua de mortalidade de inválidos correspondente a 100% da AT-49 para todos os planos de benefícios (Nota Explicativa nº 12.3 e 13.2). Caso os custos de implantação da tábua AT-83 fossem reconhecidos imediata e integralmente pelo regime de competência, o resultado do exercício, as provisões matemáticas e os resultados realizados, incluiriam a parcela ainda não apropriada. Considerando o disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e com base em estudo atuarial efetuado internamente pela entidade, na data de 31 de agosto de 2007 (não atualizado até 31 de dezembro de 2007), o aumento dos custos nas provisões matemáticas a serem apropriados em 2008 foi estimado em R\$ 91 milhões.

(4) Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do reconhecimento gradual da tábua AT-83 comentado no parágrafo (3), as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas específicas do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGCP, do Ministério da Previdência e Assistência Social, mencionadas da Nota Explicativa nº 2 (EXACTO AUDITORIA S/S)

7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL.

Não houve projetos de instituições beneficiadas por renúncia fiscal.

8. OPERAÇÕES DE FUNDOS.

Em 2007 a empresa não realizou operações de fundos.

9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

Com referência aos Anexos A, B e C, não há informações a serem disponibilizadas.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo modelo regulatório do setor elétrico busca a retomada dos investimentos com parcerias públicas-privadas para atender a necessidade de expansão da demanda de energia elétrica, sob as condições de modicidade tarifária, universalização de energia, competitividade e transparência nos leilões de energia em ambiente de contratação regulado e livre, incentivando as fontes alternativas de energia.

Esse quadro de crescente expansão da geração, acompanhada de uma matriz energética favorável, abre espaço para a elevação da capacidade instalada e a inserção de novas fontes energéticas alternativas, alinhadas às características regionais do Parque Elétrico.

Neste contexto, toda a empresa encontra-se mobilizada na construção da Fase C da Usina Termelétrica Presidente Médici com uma potência a ser instalada de 350 MW. Este empreendimento está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, e teve a integralidade da energia comercializada no 1º leilão de energia proveniente de novos empreendimentos, realizado em 16 de dezembro de 2005, segundo as regras do Novo Modelo Institucional do Setor Elétrico Brasileiro.

Apesar da empresa ter registrado prejuízo financeiro no ano de 2007, ocasionado pela descontratação dos contratos iniciais de venda de energia e redução de tarifa dos contratos mantidos com a AES-SUL e RGE, bem como a elevação dos custos de produção e redução da rentabilidade proveniente das aplicações financeiras, compreendemos que a CGTEE caminha seguramente para sua consolidação como “braço” térmico da ELETROBRÁS. Afirmamos isto baseados nos projetos que a empresa ora desenvolve para o futuro, bem como nas ações presentes empreendidas

para mitigar os efeitos do prejuízo supracitado. Neste sentido, destacamos também o esforço realizado pela empresa na redução de despesas com Passagens Aéreas (-41%), Hospedagens (-19%), Consultorias (-31%) e Publicidade e Propaganda (-75%), o que acarretou numa redução nas despesas de Serviços de Terceiros na ordem de 4,81%.

O tema ambiental continuará sendo nossa prioridade em 2008. Atender os condicionantes das Licenças de Operação e Instalação emitidas pelo IBAMA e outros órgãos de controle ambiental mobilizarão todos os setores da empresa, na busca constante pela excelência no trato com o meio-ambiente, a partir de uma visão de geração de energia imbuída de responsabilidade socioambiental.

Por fim, o aprimoramento dos controles internos, a adequação dos procedimentos nos mais diferentes setores, a formação e qualificação do nosso corpo funcional, constituem-se numa exigência para alcançarmos o patamar compatível com os desafios postos à empresa,

Sendo assim, entendemos que a CGTEE, apesar de todas as dificuldades, avançou na delimitação de sua identidade, afirmado-se e viabilizando-se como empresa pública federal de geração térmica de energia elétrica.

Porto Alegre, 15 de março de 2008.

SERENO CHAISE
Diretor Presidente

ANEXO D – RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO E INTERNO

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU

1- Comunicação Processual TCU – Processo TC nº 009.996/2004-4 – Ofício nº 211/2005-TCU/SECEX-RS

Determinação/Recomendação TCU:	Área	Posição do Gestor	Situação
1.6 Recomendação Inclua nas futuras negociações da empresa com os trabalhadores e no Acordo Coletivo de Trabalho a vantagem intitulada “Adicional de Transferência Temporária”, de modo a preservar os interesses da classe.	DA	O Estatuto do Adicional de Transferência Temporária está implementado e foi aprovado conforme comprovam o Ofício nº 1100/2007/SE/MME e CTA-DA/6699/2007.	A
1.7 Recomendação Aperfeiçoe os controles internos existentes, com vistas a proteger o ativo patrimonial, intervindo junto a setores ou áreas deficientes da companhia onde estejam sendo detectadas falhas, de modo a evitar novas ocorrências relacionadas ao	DA	Em 2006 os trabalhos referente à adequação do controle do sistema patrimonial continuam em andamento. Para tanto, está implantado o etiquetamento de novos bens e está ocorrendo a substituição de plaquetas antigas. Foi realizado o levantamento físico dos bens da Sede e em andamento o de São Jerônimo. Também estão sendo ajustadas as rotinas de controle de aquisição e de conciliação e ajustes pela Contabilidade para posterior emissão dos Termos de Responsabilidade de Carga Patrimonial. O processo de aquisição de Sistema de	EI

desaparecimento de bens ou numerário da empresa;		Segurança para a CGTEE foi elaborado e encaminhado à Junta Financeira, a qual solicitou novos estudos/reavaliação do mesmo.	
--	--	---	--

2- NOTIFICAÇÃO TCU – OFÍCIO Nº1027/2005 – SECEX - RS

Determinação	Posição do Gestor	Situação
5.1 - "... Notifico Vossa Senhoria que este Tribunal, por intermédio de Despacho do Exmº Sr. Ministro Presidente Adylson Motta, datado de 16 de dezembro de 2005, exarado nos autos dos documentos autuados como Lote nº 44610319, ainda sem numeração definitiva de processo, determinou cautelarmente, com fulcro no art. 45 da Lei nº 8443/92 e no art. 276 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União que essa empresa não efetue qualquer pagamento referente ao item 17 do Pregão PR 0570039, sem comprovar, perante o Tribunal, que o material ofertado pela licitante vencedora atende às condições estipuladas no edital e apresenta preço compatível com o praticado no mercado..."	<p>AUTOR: Sidersul Produtos Siderúrgicos LTDA.</p> <p>RÉU: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica-CGTEE</p> <p>Natureza do Processo: Ação de Cobrança</p> <p>Nº do Processo: 1.06.0057277-7</p> <p>Foro/Comarca: 12º Vara Cível do Foro Central/Porto Alegre/RS</p> <p>Data de distribuição: 15/03/2006</p> <p>Andamento do Processo: Depositado valor de R\$325.982,91, conforme ordem do TCU. Fase postulatória.</p> <p>Honorários Advocatícios: ---</p> <p>Valor histórico do processo: R\$893.437,38</p> <p>Valor atual: R\$893.437,38</p> <p>Valor possível do processo: R\$325.982,91, conforme ordem do Tribunal de Contas da União no Acórdão 364/2007 no Processo nº. 021.989/2005-9</p> <p>Probabilidade de perda: Possível.</p> <p>Ações conexas: Agravo de Instrumento da autora indeferido. Agravo interno da autora indeferido. Respectivos nºs.70015034986 e 7001553868 na 21º Câmara Cível.</p> <p>Ação de Consignação em pagamento nº. 10700729260 extinta.</p> <p>Resumo: Trata-se de ação de cobrança promovida pela autora, requerendo o pagamento de item do contrato, cujo valor foi</p>	EI

	<p>sustado pelo Tribunal de Contas da União, tendo em vista indícios de superfaturamento. Durante o processo, que se encontra na fase postulatória, o TCU definiu o preço do item 17, que atualizado pelo IPCA é R\$325.982,91. A CGTEE depositou esse valor na ação, mas não significa que o processo se encerrará, pois a contratada poderá questionar o restante, visto que entende que o valor devido são R\$893.437,38. Destaca-se que foi solicitado ao Juízo que a Sidersul apresentasse as notas fiscais de aquisição dos produtos. A empresa apresentou as notas fiscais do produto nos valores de R\$189.125,39 e R\$51.687,99, extremamente inferiores aos apresentados por ela na licitação.</p> <p>Temos provável possibilidade de êxito na ação com a redução do valor cobrado pela empresa, Sidersul Produtos Siderúrgicos LTDA, por ordem do TCU, de R\$893.437,38 para R\$325.982,91, ou seja, <u>uma redução aproximada de R\$ 567.454,47.</u> O valor de R\$325.982,91 foi depositado judicialmente em 27.06.2007, ocorrendo à baixa no Departamento Financeiro em 31.10.07(Memorando DFI-057/2007). O saldo continua em aberto. A probabilidade de perda quanto ao valor restante é possível, mas não provável, visto que as provas são a nosso favor.</p> <p>Quanto ao caso no Tribunal de Contas da União, <u>o processo nº.021.989/2005-9 no TCU foi convertido em TOMADA DE CONTAS ESPECIAL nº.025.410/2007-6.</u></p>	
--	--	--

3- ACÓRDÃO Nº 1087/ 2007 – TCU – PLENÁRIO

Determinação	Área	Posição do Gestor	Situação
9.1.1 – Providencie os necessários registros dos contratos CGTEE/DTC/011/2007, 139/2006, 028/2006 e 009/2006, no SIASG, bem como dos futuros contratos que vierem a ser firmados, em atendimento ao disposto no § 4º do art 21 da Lei 11.439, de 29/12/2006;	DF	Informamos que os registros dos contratos foram efetivados no SIASG. E que em relação aos novos contratos, o registro faz parte do rito ordinário da empresa.	A
9.1.2 – Utilize, nas licitações para as obras e serviços de engenharia, os sistemas oficiais de referência de preços, a exemplo do Sinapi/CEF, mencionado expressamente no artigo 115 da Lei nº 11.439/2006, de forma a se evitar consultas prévias de preços de mercado junto a empresas que poderão participar do certame, com prejuízos ao princípio constitucional da isonomia citado no art 3º da Lei 8666/93, assegurando-se a igualdade de condições a todos os concorrentes, prevista no inciso XXI do art. 37 da CF/88;	DF	<p>Com relação às pesquisas nos sistemas oficiais de referência de preços, SICRO e SINAPI, a CGTEE, através da Divisão de Orçamentos e Padronização tem realizado pesquisas nos sítios oficiais recomendados e aplicando os preços ali disponibilizados, exceto quando se tratar de pesquisas de materiais, isto porque os dois sistemas não contemplam tal possibilidade.</p> <p>A pesquisa é feita com a participação da área de engenharia civil da CGTEE que, <i>in loco</i>, faz a verificação dos preços, pois a especificação contida em ambos os sistemas necessitam de exame por parte de um profissional qualificado. Esta pesquisa visa o atendimento ao disposto nos processos 7526/2007-3 e 7525/2007-6.</p> <p>A aferição de preços para aquisição de materiais, não contemplados nos referidos sistemas, foi encontrada através da aquisição do sistema FRANARIN, software e orçamento, onde constam planilhas</p>	A

		<p>eletrônicas de orçamentos, sem prejuízo de outras pesquisas.</p> <p>Por outro lado, registramos que para os serviços de engenharia eletromecânica, os sistemas SICRO e SINAPI não contemplam informações, pois, como dito acima, eles tratam de serviços de engenharia civil.</p>	
--	--	--	--

4 - ACÓRDÃO Nº 1191/2007 – PLENÁRIO

Determinação	Área	Posição do Gestor	Situação
9.1.1 – Utilize nas licitações para obras e serviços de engenharia, os sistemas oficiais para apuração do valor do objeto licitado, tais como SICRO ou SINAPI, em observância ao disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007), de forma a se evitar consultas prévias de preço de mercado junto a empresas que poderão participar do certame, com evidentes prejuízos ao princípio constitucional da isonomia, previsto no artigo 3º da Lei 8.666/93, o qual assegura a igualdade de condições a todos os concorrentes, prevista no inciso XXI do art 37 da Constituição Federal;	DF	<p>Com relação às pesquisas nos sistemas oficiais de referência de preços, SICRO e SINAPI, a CGTEE, através da Divisão de Orçamentos e Padronização tem realizado pesquisas nos sítios oficiais recomendados e aplicando os preços ali disponibilizados, exceto quando se tratar de pesquisas de materiais, isto porque os dois sistemas não contemplam tal possibilidade.</p> <p>A pesquisa é feita com a participação da área de engenharia civil da CGTEE que, <i>in loco</i>, faz a verificação dos preços, pois a especificação contida em ambos os sistemas necessitam de exame por parte de um profissional qualificado. Esta pesquisa visa o atendimento ao disposto nos processos 7526/2007-3 e 7525/2007-6.</p> <p>A aferição de preços para aquisição de materiais, não contemplados nos referidos sistemas, foi encontrada através da aquisição do sistema FRANARIN, software e orçamento, onde constam planilhas eletrônicas de orçamentos, sem prejuízo de outras</p>	A

			<p>pesquisas.</p> <p>Por outro lado, registramos que para os serviços de engenharia eletromecânica, os sistemas SICRO e SINAPI não contemplam informações, pois, como dito acima, eles tratam de serviços de engenharia civil.</p>	
9.1.2 - Providencie os necessários registros dos contratos CGTEE/DTC/001/2007, 189/2006, 188/2006, 115/2006, 096/2006, 082/2006 e 249/2005, no SIASG, bem como nos futuros contratos que vier a firmar, a exemplo dos contratos 00151/2005 e 00183/2005 que foram adequadamente registrados no referido sistema, em atendimento ao que dispõe o § 4º do art. 21 da Lei nº 11.439 de 29/12/2006 (LDO/2007);	DF	Informamos que os registros dos contratos foram efetivados no SIASG. E que em relação aos novos contratos, o registro faz parte do rito ordinário da empresa.	A	

CGU-PLANO DE PROVIDÊNCIAS Nº 190253/07

Constatação	Recomendação	Área	Posição do Gestor	Prazo	Situação
1- Pagamento de encargos moratórios na liquidação de obrigações.	Recomendamos aos gestores que procedam aos ajustes necessários nas rotinas e parâmetros aplicados à apuração dos	DF	1.3.1- O DFC em parceria com o DFI já se posicionou sobre as providências que foram tomadas visando à redução do pagamento de encargos moratórios, juros e multas por atraso no recolhimento de impostos e contribuições, e por atraso no cumprimento das	Imediato	A

	<p>tributos devidos, evitando desta forma o pagamento de encargos por erros na apuração da obrigação tributária principal.</p> <p>Ainda, recomendamos os gestores o aprimoramento de seus sistemas de controles internos visando à criação de mecanismos para honrar todos os compromissos da entidade na data em que os mesmos são devidos, evitando desta forma o pagamento de encargos moratórios.</p>		<p>obrigações acessórias. Providências estas que foram relatadas através do memorando sob nº DF-029/2006, emitido pelo Diretor Financeiro em resposta as solicitações de informações sobre Relatório Preliminar CGU na revisão do exercício de 2005. Os departamentos têm atendido as normas internas sobre o assunto, efetuando o registro contábil e o pagamento destas despesas somente com a devida justificativa do gestor e o "De acordo" do Diretor da área de origem.</p>		
2- Inexistência de Termo de Responsabilidade por carga patrimonial.	Recomendamos aos gestores que adotem as providências necessárias para viabilizar a emissão do Termo de Responsabilidade para o Centro de Custos 160000 - Assessoria de TI, evidando esforços no sentido de continuar aprimorando seus mecanismos de	DA	Os Termos de Responsabilidade estão regularizados e o Manual de Procedimentos de Controle Patrimonial está sendo aplicado rigorosamente	Imediato	A

	controle da gestão patrimonial, conforme verificado no último exercício.				
3- Gratificações	Tendo em vista a situação descrita em relação aos atos efetivados por meio da Resolução 290/2005, de 10/08/2005, emitida pela Diretoria Executiva da CGTEE, recomendamos aos gestores que, doravante, só venham a efetivar atos que dependam de uma análise e consentimento do DEST após a manifestação conclusiva do referido órgão de controle.	DA	Recomendação implementada	Imediato	A
4- Contratação de mão-de-obra terceirizada para cargos inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos da empresa.	Considerando a relevância dos valores envolvidos nas contratações de terceirizados, recomendamos que os gestores evidem esforços no sentido de agilizar junto ao DEST o processo de análise da Resolução nº 264/2006, emitida	DA	O assunto está em análise, tendo em vista solicitação de revisão do quadro de empregados solicitado pelo Ministério de Minas e Energia.	Dezembro de 2008	EI

	em 14/7/2006 pela Diretoria Executiva da CGTEE. Recomendamos, ainda, que tão logo o DEST venha a se pronunciar sobre o assunto, autorizando o aumento no quadro de empregados da Companhia, os gestores adotem as devidas providências no sentido de cessar a mão-de-obra terceirizada, substituindo os funcionários contratados para os cargos inerentes às categorias abrangidas pelo Plano de Cargos por empregados do seu quadro de pessoal, aprovados em concurso público, de forma a manter ininterruptas as atividades da empresa.				
5- Aquisições sucessivas, mediante dispensas de licitação, de um mesmo objeto, caracterizando fracionamento	Adotem mecanismos de planejamento no sentido de evitar o fracionamento de despesas no transcurso do exercício financeiro.	DF	As contratações dos materiais foram sanadas a partir da assunção pelo DFS das atribuições que até então eram descentralizadas. Os mecanismos de planejamento adotados passam pela análise dos materiais que possuem maior	Implantado	EI

	<p>de despesas.</p> <p>Nesse sentido, em havendo necessidade de realizar diversos processos licitatórios no mesmo exercício, para um mesmo objeto ou finalidade, que se adote em todos os casos a modalidade de licitação cabível ao montante das despesas; e</p> <p>- Nos termos de sua manifestação, dêem continuidade aos processos de registro de preços para viabilizar a aquisição de cartuchos e toner para impressora, e de infra-estrutura para eventos.</p>		<p>rotatividade no estoque depois disso é preparada uma aquisição através de Registros de Preços. Caso por exemplo da aquisição de cartuchos e toners que foram realizadas através dos Pregões Eletrônicos nºs PE06600064 e PE06600088. De igual forma, foram realizados Registros de Preços para aquisição de Rolamentos através do Pregão Eletrônico nº 06600068 e RP04900001.</p>		
6- Descumprimento da obrigatoriedade de fazer constar do edital de licitação, ou de seus anexos, o orçamento detalhado em planilhas de quantitativos e custos unitários.	Diante do exposto, recomendamos aos gestores que façam constar do edital de licitação, ou de seus anexos, o orçamento detalhado em planilhas que expressem os quantitativos dos serviços e custos unitários envolvidos, com vistas a cumprir	DF	A CGTEE, através da Divisão de Licitações e Contratos, providenciou as recomendações anotadas no sentido de constar dos Editais de Licitação e de seus anexos, orçamento detalhado em planilhas com a finalidade de expressar os quantitativos dos serviços e custos unitários envolvidos. Para tanto, anexamos cópia autenticada do Edital de Tomada de Preços nº TP07800007.	Implantada	A

	vistas a cumprir determinação legal contida no art.40, § 2º, II, e no art. 6º, IX, f), da Lei Federal nº 8.666/93					
7- Falha na elaboração do edital de licitação acarretando a habilitação indevida da empresa vencedora do certame.	Façam constar, do edital de licitação, os índices contábeis a serem considerados na análise da capacidade econômico-financeira das empresas participantes do certame; e -Doravante, atentem para o cumprimento do art. 31, inc. I, da Lei nº 8.666/93.	DF	Os Editais de Licitação contemplam a recomendação apontada.	Imediato	A	
8- Falhas formais na elaboração de contratos.	Recomendamos aos gestores que adotem providências no sentido de aprimorar os mecanismos de elaboração e revisão dos contratos, com vistas a evitar falhas ou inconsistências formais que possam propiciar reclamações por parte do contratado, e potenciais prejuízos à	DF	Recomendação implantada. Providências adotadas nos sentido de melhor acompanhar a emissão de termos contratuais, inclusive instruindo o contratante quanto à adequação das formalidades exigidas na contratação	Implantado	A	

	Companhia.				
9- Falhas na formalização de contratos de patrocínio.	<p>Recomendamos que os gestores do contrato de patrocínio CGTEE/SEDE/117/2006 procedam à correção do referido instrumento contratual, definindo quais objetos estão sendo efetivamente patrocinados, assim como os valores alocados a cada projeto.</p> <p>Ainda, recomendamos a CGTEE que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aprimore seus mecanismos de controle aplicados à elaboração e revisão de contratos de patrocínio, atentando para a definição inequívoca dos objetos contratados, bem como para a consistência entre os objetos e os valores pactuados no contrato; - nos exatos termos de sua 	PR	<p>Foi devolvido à patrocinada o relatório de prestação de contas referente ao contrato CGTEE/SEDE/117/06, para ajustes e detalhamento dos itens patrocinados. Da mesma forma, está em discussão com a beneficiária a correção do contrato de patrocínio na cláusula 1ª - quanto ao detalhamento do objeto contratado, que deverá ser submetida à apreciação da Diretoria Executiva da empresa e posterior emissão de Resolução da Diretoria e respectiva publicação no Diário Oficial da União.</p> <p>Em relação aos demais itens da recomendação, a empresa providenciou modificações nos contratos de patrocínio, precisamente quanto à cláusula 2ª. - parágrafo único, objeto de destaque por parte da CGU que passou a contar com redação adequada solicitando apresentação de contas num prazo máximo de 60 (sessenta dias) da data de finalização do objeto contratado, independente de aviso, mediante a apresentação de relatório de atividades e despesas (com apresentação de comprovantes legais de despesas efetuadas) e relatório de execução de contrapartidas.</p>	31/10/2007	EI

	manifestação, passe a exigir, nos contratos de patrocínio, a prestação de contas por parte do contratado, definindo o prazo para a efetivação da mesma; - em se tratando de objeto cuja implementação não seja imediata ou pontual, se defina no contrato o prazo de consecução do objeto avançado.		De outro lado, a cláusula 3 ^a . - que trata dos pagamentos dos patrocínios, foi alterada, e a empresa somente passou a efetuar os pagamentos após apresentação e aprovação do relatório de prestação de contas e execução das contrapartidas, podendo, mediante cronograma físico-financeiro, ser adiantados 20% dos recursos contratados ou, pagamento parcelado, mediante relatórios mensais.		
10- Concessão de patrocínio para realização de festividades e confraternizações dos funcionários da Companhia.	Recomendamos a CGTEE abster-se de realizar quaisquer despesas com festas, brindes e congêneres, que não estejam estritamente vinculadas as suas finalidades, quer seja de forma direta ou através de contratos de patrocínio ou congêneres.	PR	Comunicação à área responsável pelos patrocínios proibindo a aprovação e até mesmo o trâmite deste tipo de solicitação, conforme o memorando PR-019/07 em anexo.	Imediato	A
11-. Contratação direta por inexigibilidade de licitação afastando a realização do	Recomendamos à CGTEE que realize o devido procedimento licitatório para a contratação de serviços que	DF	Deflagração da fase interna do processo licitatório, visando à autorização da Diretoria Executiva para lançamento de certame.	Imediato	EI

devido processo licitatório.	possam ser prestados satisfatoriamente por todo e qualquer profissional especializado, abstendo-se de contratar tais serviços, com base no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93.			
12- Contratação direta de serviços afastando o processo licitatório cabível.	Diante do exposto, recomendamos aos gestores que, nos termos do Acórdão TCU nº 348/2003 - Segunda Câmara, realizem as licitações com a antecedência necessária, de modo a evitar situações em que o atraso do início dos certames licitatórios seja a causa para as contratações com fulcro no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.	DF	Providência adotada e, providenciada a orientação às áreas requisitantes de aquisição através da CIRCULAR DF 001/07, o cumprimento das normas estabelecidas na Resolução de Diretoria Executiva nº 093/04, alterada pela Resolução de Diretoria Executiva nº 193/04 e de acordo com a Recomendação da Auditoria do CGU, Plano de Providências nº 175375/06.	Implantada A
3- Pagamento em duplicidade de serviços contratados	Recomendamos ao gestor do Contrato nº CGTEE/DTC/0189/2006 que acompanhe a evolução físico-financeira do mesmo para assegurar que os	DF	A presente recomendação será repassada ao Gestor do Contrato nº CGTEE/DTC/0189/2006 para fins de acompanhamento da evolução físico-financeira do contrato. De outro modo, acostamos a presente providência, documentação que atesta a compensação dos valores pagos a maior.	Imediato A

	<p>valores pagos em duplicidade tenham sido efetivamente compensados no pagamento correspondente à 4^a medição, conforme informado pela Companhia, bem como para evitar novas falhas nos atestos da execução de serviços, neste ou em outros contratos.</p> <p>Ainda, recomendamos à Companhia que revise e aprimore seus mecanismos de controle de contratos, para evitar novas ocorrências desta natureza.</p>			
--	--	--	--	--

ANEXO E – DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO

TIPO	Código Siafi/Siag	Identificaçã o do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicaçã o DOU	Valor total pactuado	Valor total transferido no exercício (2007)	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N ?)
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/232/2006	Não Aplicável	10/2/2007	Sócio Ambiental - Compra de uma máquina de gelo para armazenamento dos pescados.	23/2/2007	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 70.545,00	CECOV- Centro Comunitário de Pescadores e Pequenos Agricultores da Varzea CNPJ 01.860.064/0001-25	Encerrado. Objetivo e metas alcançadas. Prestação de contas concluída, porém não analisada. TCE Não
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/0115/2007	Não Aplicável	5/9/2007	Educação - Curso de capacitação para o ENEM, para estudantes oriundos de escola pública	24/07/2007*	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 110.000,00	FULBRA- Fundação da Universidade Luterana do Brasil CNPJ 03.286.299/0001-80	Em andamento. Objetivo e metas alcançadas. Prestação de contas concluída, porém não analisada. TCE Não
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/130/2007	Não Aplicável	5/10/2007	Inclusão Social - Preparar jovens em PSC para o mercado de trabalho, além promover o	7/8/2007*	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	Capacidade Instalada	FAURGS - Fundação de Apoio da Universidade Federal do RGS	Em andamento. Objetivo e metas em andamento. Prestação de contas em andamento. TCE Não

			resgate de sua cidadania e auto-estima.						
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/120/2007	Não Aplicável	13/7/2007	Sócio Ambiental - Construção de dez cisternas, com o objetivo de desenvolver tecnologias de segurança hídrica para o público beneficiado no Projeto Quintais de Frutas Organicas.	7/8/2007*	R\$ 41.137,90	R\$ 41.137,90	Capacidade Instalada	IPEP - Instituto de Permacultura e Ecovilas da Pampa CNPJ 03.950.117/0001-24	Em andamento. Objetivo e metas alcançadas. Prestação de contas concluída. TCE Não
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/031/2007	Não Aplicável	28/5/2007	Inclusão Social - Este projeto visa a geração de trabalho e renda para os apenados, através da construção de materiais para a construção civil, através da compra de uma máquina para construção de blocos de cimento, além	15/5/2007 *	R\$ 20.000,00	R\$ 18.000,00	Capacidade Instalada	Conselho da Comunidade na execução penal da Comarca de Santana do Livramento- CNPJ 07.172.532/0001-55	Em andamento. Objetivo e metas alcançadas. Prestação de contas concluída, porém não analisada. TCE Não

			de propiciar o desenvolvimento da cidade de Santana do Livramento.						
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/071/2007	Não Aplicável	17/5/2007	Saúde - O projeto objetivou a reforma e compra de equipamentos para o Hospital de Candiota, visando qualificar o atendimento da população local.	15/05/2007*	R\$ 74.000,00	R\$ 74.000,00	Capacidade Instalada	Fundação Assistencial e Beneficente Maria Anunciação Gomes de Godoy CNPJ 07.685.994/0001-76	Em andamento. Objetivo e metas em andamento. Prestação de contas concluída, porém não analisada. TCE Não
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/0237/2005	Não Aplicável	21/3/2006	Esporte - Inclusão social pelo esporte, de alunos da rede pública de ensino e que se encontram em situação de vulnerabilidade social.	13/2/2006*	R\$ 14.000,00	R\$ 4.000,00	Capacidade Instalada	Viva Futsal - Prefeitura Municipal de Três Cachoeiras CNPJ 91.103127/0001-91	Encerrado. Objetivo e metas alcançadas. Prestação de contas concluída, porém não analisada. TCE Não
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/152/2006	Não Aplicável	4/9/2006	Assessoria Jurídica - Propiciar a garantia dos direitos da criança e	15/08/2006*	R\$ 29.499,38	R\$ 29.499,38	Capacidade Instalada	IARGS - Instituto de Advogados do RGS CNPJ 92.986.348/0001-01	Encerrado. Objetivo e metas alcançadas. Prestação de contas concluída, analisada e aceita pelo gestor. TCE Não

			adolescente em situação de vulnerabilidad e social.					001-18	
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/178/2006	Não Aplicável	17/8/2006	Sócio Ambiental - Trabalha a formação de enxadristas c/ consciência ambiental de alunos da rede pública de ensino, além de fortalecer as famílias através do processo de aprendizagem .	16/08/200 6*	R\$ 46.080,00	R\$ 46.080,00	Capacidade Instalada	EMBRIÃO- XADREZ NAS ESCOLAS - CNPJ 05.123.131/0 001-80	Encerrado. Objetivo e metas alcançadas. Prestação de contas concluída, analisada e aceita pelo gestor. TCE Não
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/150/2006	Não Aplicável	24/8/2006	Segurança - Adquirir equipamentos de segurança para trabalhadores cooperativado s.	17/07/200 6*	R\$ 12.933,32	R\$ 6.466,66	Capacidade Instalada	UNICOOS - União Coperativa de Serviços CNPJ 061.29682/00 01-13	Em execução. Objetivos metas alcançadas. Prestação de contas em andamento. TCE Não.
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/098/2006	Não Aplicável	7/6/2006	Sócio Ambiental - Incentivo a sustentabilidade, capacitação e	15/06/200 6*	R\$ 26.734,94	R\$ 11.674,65	Capacidade Instalada	Parceria Solidária e Agroecológic a CNPJ 07.683.575/0 001-03	Encerrado. Objetivos e metas alcançadas. Prestação de contas concluída, porém houve devoluções no valor de R\$ 7.556,65 em Dezembro de

			formação agroecológica dos moradores de Candiota, visando geração de trabalho e renda.					001-03	2007, devido à compra de materiais que não estavam previstos no Plano de Trabalho.P.C. TCE Não
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/135/2006	Não Aplicável	19/7/2006	Líderes Comunitários - Incidir sobre o impacto da violência sexual contra mulheres e meninas, construindo uma política de atenção as vítimas, que aglutine diversos setores da sociedade, governamentais e não-governamentais visando a prevenção de DST/AIDS em caso de violência sexual.	04/07/2006*	R\$ 72.590,00	R\$ 52.240,00	Capacidade Instalada	THEMIS - Líderes Comunitários CNPJ 97002406/0001-45	Em execução. Objetivos metas alcançadas. ressalvas quanto ao período do convênio.TCE Não.
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/058/2006	Não Aplicável	17/5/2006	Agroecológica /Geração de Trabalho e	13/4/2006*	R\$ 340.350,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	EMBRAPA - FAPEG CNPJ	Encerrado. Objetivos e metas alcançadas. Prestação de contas

			Renda - Implantação de quintais de frutas orgânicas em assentamento s, comunidades quilombololas e indígenas, escolas e pequenos agricultores, visando a segurança alimentar e a geração de trabalho e renda.					03.438169/00 01-16	concluída, analisada e aceita pelo gestor.TCE Não
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/0104/2007	Não Aplicável	14/7/2007	Agroecológica /Geração de Trabalho e Renda - Implantação de quintais de frutas orgânicas em assentamento s, comunidades quilombololas e indígenas, escolas e pequenos agricultores, visando a segurança alimentar e a	29/05/200 7*	R\$ 483.080,00	R\$ 483.080,00	R\$ 150.000,00	EMBRAPA - FAPEG CNPJ 03.438169/00 01-16	Em andamento. Objetivo e metas em andamento. Prestação de contas concluída, porém não analisada. TCE Não

			geração de trabalho e renda.						
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/2739/2006 Santa Maria	Não Aplicável	19/9/2006	Educação/Esp orte e Lazer - Inclusão social e aprendizado de uma modalidade esportiva c/ participação e preservação do meio ambiente à crianças e adolescentes.	08/02/200 7*	R\$ 46.160,00	R\$ 18.642,20		Santa Maria Kaiak e Cross e Clube CNPJ 88.667.365/0 001-15	Em andamento. Objetivo e metas em andamento. Prestação de contas em andamento. TCE Não
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/0224/2006 São Leopoldo	Não Aplicável	11/9/2006	Educação/Esp orte e Lazer - Inclusão social e aprendizado de uma modalidade esportiva c/ participação e preservação do meio ambiente à crianças e adolescentes.	10/11/200 6*	R\$ 40.152,00	R\$ 10.305,68		Santa Maria Kaiak e Cross e Clube CNPJ 88.667.365/0 001-15	Em andamento. Objetivo e metas em andamento. Prestação de contas em andamento. TCE Não
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/181/2006 Porto Alegre	Não Aplicável	30/3/2007	Educação/Esp orte e Lazer - Inclusão social e aprendizado de uma modalidade esportiva c/	12/09/200 6*	R\$ 58.652,00	R\$ 9.027,20		Santa Maria Kaiak e Cross e Clube CNPJ 88.667.365/0 001-16	Em andamento. Objetivo e metas em andamento. Prestação de contas em andamento. TCE Não

			participação e preservação do meio ambiente à crianças e adolescentes.					
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/225/2006 São Jerônimo	Não Aplicável	11/9/2006	Educação/Esp orte e Lazer - Inclusão social e aprendizado de uma modalidade esportiva c/ participação e preservação do meio ambiente à crianças e adolescentes.		R\$ 40.510,00	R\$ 10.397,31		Santa Maria Kaiak e Cross e Clube CNPJ 88.667.365/0 001-17
CONVÊNIO CGTEE/SEDE/180/2006 Candiota	Não Aplicável	4/8/2006	Educação/Esp orte e Lazer - Inclusão social e aprendizado de uma modalidade esportiva c/ participação e preservação do meio ambiente à crianças e adolescentes.	12/9/2006 *	R\$ 83.717,00	R\$ 12.104,80		Santa Maria Kaiak e Cross e Clube CNPJ 88.667.365/0 001-18

